

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGEXR**

Silvanda Rodrigues de Moraes Brito

**Compra Institucional dos Produtos da Agricultura Familiar: um olhar para as
associações participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no
Município de Casa Nova - BA**

Juazeiro - BA

2025

Silvanda Rodrigues de Moraes Brito

Compra Institucional dos Produtos da Agricultura Familiar: um olhar para as associações participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Casa Nova - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Espaço Plural - Juazeiro-BA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Linha de pesquisa:

Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial

Orientador: Prof.^a Dr.^a: Flaviane Maria Florêncio Monteiro Silva

Coorientador: Prof.^a Dr.^a: Mônica Aparecida Tomé Pereira

Juazeiro - BA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

B862c Brito, Silvanda Rodrigues de Moraes
Compra Institucional dos Produtos da Agricultura Familiar: um olhar para as associações participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Casa Nova – BA / Silvanda Rodrigues de Moraes Brito – Juazeiro-BA, 2025.
xx, 86 f.: il. 29 cm

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Flaviane Maria Florêncio Monteiro Silva

1. Sociologia Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Associativismo. 4 Comunidades Tradicionais – Juazeiro (BA). I. Título. II. Silva, Flaviane Maria Florêncio Monteiro. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.68

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGE XR

Silvanda Rodrigues de Moraes Brito

Compra Institucional dos Produtos da Agricultura Familiar: um olhar para as associações participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Casa Nova - BA

Aprovado(a) em: 28 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente:
 **FLAVIANE MARIA FLORENCIO MONTEIRO SILVA**
Data: 28/02/2025 23:33:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof(a). Dr(a). FLAVIANE MARIA FLORÊNCIO MONTEIRO SILVA – PPGE XR/UNIVASF

Documento assinado digitalmente:
 **CRISTIANE MORAES MARINHO**
Data: 24/03/2025 11:34:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof(a). Dr(a). CRISTIANE MORAES MARINHO – PPGE XR/UNIVASF

Documento assinado digitalmente:
 **JOSE RAIMUNDO CORDEIRO NETO**
Data: 26/03/2025 08:26:24-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof(a). Dr(a). JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO – UNIVASF

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder força, sabedoria e saúde ao longo desta jornada acadêmica.

À minha família, minha base, que sempre me apoiou com amor, paciência e incentivo. Sem o suporte de vocês, este trabalho não seria possível. Cada palavra escrita nesta dissertação carrega um pouco do esforço e sacrifício de todos nós. Em especial, dedico este trabalho à memória do meu pai Gabriel Rodrigues de Moraes e da minha irmã Maria das Graças Rodrigues de Moraes, cujas lembranças e exemplos de amor, coragem e determinação continuam a me inspirar todos os dias.

Ao meu companheiro, Clésio, pela parceria, paciência e compreensão durante toda a trajetória do meu mestrado. Seu apoio foi essencial para eu chegar até aqui.

Expresso minha profunda gratidão aos agricultores/as familiares e dirigentes das associações do município de Casa Nova – BA participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar– PNAE entre os anos de 2011 a 2022, protagonistas do tema central desta pesquisa. Vocês não somente garantem alimentos saudáveis para os alunos da rede pública de ensino do município, mas também desempenham um papel fundamental no fortalecimento da segurança alimentar e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Este trabalho só foi possível graças à colaboração e experiência compartilhada por vocês.

À minha orientadora Prof. Dr.^a Flaviane Maria Florêncio Monteiro Silva, pela orientação precisa e indispensável para a realização deste trabalho. Sua paciência e conhecimento foram fundamentais para me guiar em cada etapa desta caminhada. À minha coorientadora Prof. Dr.^a Mônica Aparecida Tomé Pereira, pela dedicação, pelos ensinamentos e pela confiança que depositou em mim ao longo de todo o processo.

Aos colegas do mestrado, com quem compartilhei aprendizados, desafios e momentos de alegria. Em especial, agradeço a Luana, Lucília, Carolina, Mireli, Maria Helena, Lívia, Bruna e Gleidineide, pela amizade, apoio mútuo e por tornarem essa jornada mais leve e enriquecedora.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboram para a realização desta dissertação. Que este trabalho possa, de alguma forma, valorizar e amplificar as vozes daqueles que, muitas vezes, permanecem invisíveis, mas cujas ações impactam positivamente nossas comunidades.

RESUMO

Criado em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas nutricionais mais antigas do Brasil, atendendo os 5.570 municípios e mais de 40 milhões de estudantes diariamente. O programa fornece cerca de 50 milhões de refeições em 150 mil escolas públicas, da educação infantil ao ensino médio, incluindo a educação de Jovens e Adultos. Considerando a magnitude do programa e sua articulação com a agricultura familiar esta pesquisa objetivou descrever o perfil das associações de agricultura familiar do município de Casa Nova - BA, participantes do PNAE, em relação à comercialização de seus produtos. Trata-se de um estudo de natureza quantitativa, com caráter descritivo, baseado em pesquisa documental e de campo, a partir da aplicação de questionários online assistidos. O estudo abrange o período de 2011 a 2022, escolhido pela disponibilidade de registros oficiais que garantem a consistência e confiabilidade das informações. Análise dos dados foi constituída pela estatística descritiva, a partir do uso das medidas resumo, porcentagens, taxas, além de tabelas e gráficos comparativos para a descrição das trajetórias de variáveis de interesse. E pela estatística multivariada, a partir da análise de agrupamento, como instrumento para agregar os perfis das associações com características similares, como uma, proxy para a diferenciação das trajetórias e dinâmicas das associações envolvidas no estudo. A comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PNAE, em Casa Nova, começou a partir de 2011, mas o cumprimento do percentual mínimo da Lei n.º 11.947/2009 só foi alcançado a partir de 2016. As associações participantes do PNAE estão estruturadas conforme o Código Civil Brasileiro, possuem três órgãos principais assembleia geral, diretoria e conselho fiscal, 40% das associações tem entre 20 a 30 associados, e 45% delas realizam assembleias mensais. Destacam-se pela presença de lideranças femininas. O perfil socioeconômico dos dirigentes e agricultores vinculados às associações revela um nível de escolaridade moderado. Entre os agricultores, 45,83% possuem ensino médio completo, enquanto entre os dirigentes esse percentual é de 30%. Além disso, a faixa etária predominante entre ambos está entre 31 e 50 anos. Apesar das famílias terem acesso ao crédito, indicando um potencial produtivo, são familiares com renda de até um salário mínimo. O produto final deste trabalho é um vídeo com informações sobre o PNAE, e regras específicas do edital de chamadas públicas de Casa Nova-BA que foi elaborado para contribuir na divulgação acessível aos envolvidos com a agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Associativismo; Comunidades Tradicionais; Extensão Rural; Mercados Institucionais.

ABSTRACT

Created in 1955, the National School Feeding Program (PNAE) is one of the oldest nutritional policies in Brazil, serving 5,570 municipalities and over 40 million students daily. The program provides approximately 50 million meals in 150,000 public schools, from early childhood education to high school, including Youth and Adult Education. Considering the magnitude of the program and its articulation with family farming, this research aimed to describe the profile of family farming associations in the municipality of Casa Nova - BA, participants of PNAE, in relation to the marketing of their products. This is a quantitative study with a descriptive character, based on documentary and field research, using assisted online questionnaires. The study covers the period from 2011 to 2022, chosen due to the availability of official records that ensure the consistency and reliability of the information. Data analysis consisted of descriptive statistics, using summary measures, percentages, rates, and comparative tables and graphs to describe the trajectories of variables of interest. And by multivariate statistics, using cluster analysis, as a tool to aggregate the profiles of associations with similar characteristics, as a proxy for differentiating the trajectories and dynamics of the associations involved in the study. The marketing of family farming products to PNAE in Casa Nova began in 2011, but compliance with the minimum percentage of Law No. 11,947/2009 was only achieved from 2016 onwards. The associations participating in PNAE are structured according to the Brazilian Civil Code, have three main bodies: general assembly, board of directors, and fiscal council; 40% of the associations have between 20 and 30 members, and 45% of them hold monthly assemblies. They stand out for the presence of female leadership. The socioeconomic profile of the leaders and farmers linked to the associations reveals a moderate level of education. Among farmers, 45.83% have completed high school, while among leaders, this percentage is 30%. In addition, the predominant age group among both is between 31 and 50 years. Although families have access to credit, indicating productive potential, they are families with an income of up to one minimum wage. The final product of this work is a video with information about PNAE and specific rules of the public call notice of Casa Nova-BA, which was developed to contribute to accessible dissemination to those involved with family farming.

Keywords: Family Farming; Associativism; Traditional Communities; Rural Extension; Institutional Markets.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização Geográfica do Município de Casa Nova – BA.....	29
Figura 2	Percentual por categoria dos alimentos comercializados pelas Associações da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de Casa Nova – BA no período de 2011 a 2022.....	37
Figura 3	Dez Passos para Comprar da Agricultura Familiar.....	38
Figura 4	Participação por gênero, nas chamadas públicas do PNAE em Casa Nova–BA, entre 2017 e 2022.....	41
Figura 5	Frequência da assembleia geral ordinária realizada pelas associações que comercializaram para o PNAE entre 2011 a 2022 em Casa Nova–BA.....	44
Figura 6	Percentual de associados das associações envolvidas com a comercialização para o PNAE no município de Casa Nova – BA 2011 a 2022.....	45
Figura 7	Percentual de associados por gênero nas associações participantes do PNAE no município de Casa Nova – entre 2011 e 2022.....	46
Figura 8	Distribuição percentual de cargos nas associações, separado por gênero, participantes do PNAE em Casa Nova –BA em 2011 a 2022.....	46
Figura 9	Identificação dos grupos de associações por cores e sequência numéric.....	48
Figura 10	Resumo estatístico das variáveis tempo de criação da associação e idade dos dirigentes.....	49
Figura 11	Resumo estatístico das variáveis quantidade de associados e número de mulheres associadas.....	50
Figura 12	Resumo estatístico das variáveis número de jovens associados com até vinte 29 anos e número de membros na diretoria.....	50

Figura 13	Distribuição da renda familiar dos agricultores e a agricultoras participantes do PNAE no município de Casa Nova–BA, 2011 a 2012.....	55
Figura 14	Linhas de crédito do PRONAF e percentual de agricultores e agricultoras que acessaram o Crédito.....	55
Figura 15	Distribuição da Renda dos dirigentes das associações participantes do PNAE no município de Casa Nova – BA 2011-2022.....	58
Figura 16	Vídeo explicativo sobre chamada pública de aquisição de alimentos da Agricultura familiar.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Valor Comprado da agricultura familiar pelo Município de Casa Nova – BA entre 2011 a 2022 para alimentação escolar.....	39
Tabela 2	Ano e número de agricultores e agricultoras familiares participantes do PNAE de 2017 a 2022 em Casa Nova - BA.....	40
Tabela 3	Participação dos agricultores por gênero, em valores monetários no período de 2017 a 2022, no município de Casa Nova–BA.....	42
Tabela 4	Modelo sumarizado da Análise de Agrupamento hierárquico das Associações	47
Tabela 5	Informações resumidas dos Cluster/Grupos das Associações....	48
Tabela 6	Distribuição dos agricultores/as segunda idade, sexo, estado civil, Casa Nova–BA, 2011 a 2022.....	52
Tabela 7	Distribuição dos agricultores/as segundo, escolaridade agricultores e agricultoras familiares, Casa Nova–BA, 2011 a 2022.....	53
Tabela 8	Distribuição dos agricultores/as segundo a identificação étnico racial, responsável pela propriedade, condição da propriedade e tamanho da propriedade por hectare dos agricultores e agricultoras familiares, Casa Nova–BA, 2011 a 2022.....	54
Tabela 9	Distribuição dos agricultores e agricultoras familiares segundo a filiação em associação, participação e número de reuniões em que participou, que comercializam para o PNAE, Casa Nova–BA, 2011 a 2022.....	55
Tabela 10	Distribuição dos dirigentes segundo idade, sexo, estado civil dos dirigentes das associações da agricultura familiar que comercializam para o PNAE, Casa Nova – BA, 2011 a 2022.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informações dos principais eventos ocorridos com o Programa de Alimentação Escolar, quantos aos anos de ocorrência, eventos e sua breve descrição de 1945 a 1955, no Brasil.....	24
Quadro 2	Informações dos principais eventos ocorridos com o Programa de Alimentação Escolar, quantos aos anos de ocorrência, eventos e sua breve descrição de 1956 a 2006, no Brasil.....	25
Quadro 3	Informações dos principais eventos ocorridos com o Programa de Alimentação Escolar, quantos aos anos de ocorrência, eventos e sua breve descrição de 2009 a 2020, no Brasil.....	26
Quadro 4	Associações da agricultura familiar fornecedoras para o PNAE, alimentos fornecidos e ano e participação em Casa Nova - BA entre 2011 e 2022.....	35
Quadro 5	Associações da agricultura familiar fornecedoras para o PNAE, alimentos fornecidos e ano e participação em Casa Nova - BA entre 2011 e 2022.....	36
Quadro 6	Etapas da chamada pública dos produtos da agricultura familiar no município de Casa Nova - BA no ano de 2022.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA	Direito humano à Alimentação Adequada
EES	Empreendimentos da Economia Solidária
EEx	Entidades Executoras
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PGPAF	Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar
PGPM-Bio)	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Políticas públicas e Agricultura Familiar.....	17
2.2	Os camponeses do Norte do Semiárido Baiano.....	21
2.3	Alimentação Escolar no Brasil.....	23
3.	METODOLOGIA.....	28
3.1	Tipo e Caracterização da Pesquisa.....	28
3.2	As técnicas estatísticas análise e interpretação dos dados.....	30
4.	RESULTADOS E DISCURSÕES	33
4.1	Comercialização via PNAE pelas Associações da Agricultura Familiar do Município de Casa Nova – BA no Período de 2011 a 2022	33
4.2	Caracterização das Associações da Agricultura da Familiar Participantes do PNAE de 2011 a 2022 em Casa Nova – BA.....	41
4.3	Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares Participantes do PNAE no Município de Casa Nova – BA no Período de 2011 a 2022...	50
4.4	Perfil Socioeconômico dos Dirigentes das Associações da Agricultura Familiar participantes do PNAE no município de Casa Nova – BA no período de 2011 a 2022.....	55
5.	PRODUTO FINAL.....	58
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
7.	REFERENCIAS	62
8.	APÊNDICE	67

1. INTRODUÇÃO

A motivação para realizar esta pesquisa vem da minha experiência como agricultora familiar e do trabalho que venho desenvolvendo com as associações de agricultores familiares do município de Casa Nova–BA, desde 2014. Desde então, atuo na facilitação do acesso dos agricultores e agricultoras familiares às políticas públicas, especialmente nos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Essa vivência nesses espaços me permitiu entender as dificuldades que os agricultores e agricultoras familiares enfrentam, como por exemplo, a burocracia, a falta de infraestrutura e de acesso à assistência técnica e ao crédito.

A agricultura familiar tem ganhado cada vez mais reconhecimento por sua importância e potencial na produção de alimentos. Por esse motivo, é considerada uma atividade essencial para um futuro mais justo, equilibrado, pois baseia-se em um modo de produção condizente com o contexto da crise climática, em prol da segurança alimentar. Esse papel foi destacado pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao declarar a Década da Agricultura Familiar (2019–2028), reforçando a relevância desse setor para a sobrevivência do planeta.

No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela “comida de verdade”¹ que chega à mesa do povo brasileiro. O setor produz 30% dos bovinos, 50% das aves, 59% dos suínos, 60% da produção de leite, 70% da produção de feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% da produção de milho, 38% do café e 21% do trigo (Pereira, 2020), e ainda emprega cerca de 10,1 milhões de pessoas, representando 67% das pessoas ocupadas no meio rural (IBGE, 2017).

Neste contexto, desde 2003, foram criadas diversas políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, combate à pobreza e à fome no Brasil. Uma das que se destaca dentre as demais é o Projeto Fome Zero, que orientou outras políticas, como:

- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA);

¹ Segundo o Guia Alimentar da População Brasileira “comida de verdade” está diretamente relacionado ao consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, sendo aqueles que mantêm suas propriedades nutricionais e não contêm aditivos químicos, conservantes ou outros ingredientes artificiais em excesso.

Segundo Elisabetta Recine Presidente do CONSEA Nacional: comida de verdade é a expressão do trabalho que os agricultores fazem diariamente no campo brasileiro: o de produzir alimentos saudáveis, que geram riqueza para suas comunidades e para o país.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais - Programa Cisterna.

O PNAE, instituído em 1955, é uma das políticas nutricionais mais antigas do Brasil, abrangendo os 5.570 municípios do país, com um alcance de mais de 40 milhões de estudantes da rede pública de ensino, da educação infantil ao ensino médio. O programa visa contribuir com o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, além de promover hábitos alimentares saudáveis. (Brasil, 2009)

Com a instituição da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, o PNAE passou a estabelecer critérios sociais e nutricionais para a compra de alimentos, representando uma alteração na política de alimentação escolar que caracterizou um avanço no fortalecimento da agricultura familiar brasileira. A lei estabeleceu que 30% seria o percentual designado para a compra direta de produtos da agricultura familiar. Essa mudança na política de alimentação escolar não somente ampliou as oportunidades de mercado para os agricultores familiares, mas contribuiu para o desenvolvimento da economia local, bem como proporcionando uma alimentação segura e saudável para comunidade escolar (Costa, 2016).

Tendo em vista, que o conceito de agricultura familiar é diverso e complexo, optou-se por estudar, os agricultores e associações da agricultura familiar localizados no Município de Casa Nova–BA. Um dos motivos para a escolha é que, em grande medida, os agricultores familiares deste município possuem relações de parentesco, compadrio e vizinhança, e detêm conhecimentos ancestrais culturais para a convivência com o ambiente e suas especificidades climáticas – que são aspectos muito característicos dos pequenos agricultores dessa região.

Conforme os dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2023) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023) o município de Casa Nova – BA possui 43 associações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica e/ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) jurídico ativo. Isso representa mais de 50% das DAP e/ou CAF Jurídicos ativos no Território de Identidade Sertão do São Francisco–BA, composto por 10 municípios baianos.

Grande parte dessas organizações da agricultura familiar está localizada nas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, que têm como premissa o uso coletivo

de grandes áreas de caatinga aberta. Estas áreas são livres de cercas e têm como principal atividade a criação de cabras e ovelhas. Contudo, também são utilizadas, em menor medida, para a produção agrícola de base familiar, policultura alimentar, seja para consumo ou comercialização, e também para o extrativismo de plantas nativas de baixo impacto.

As políticas públicas para a agricultura familiar, de forma geral, promovem a melhoria das condições de vida em níveis diferenciados, a depender de vários fatores e muitas dimensões. Atrelada às especificidades do lugar, as práticas e os efeitos podem ser ainda mais diferenciados.

O presente estudo buscou descrever o perfil socioeconômico das associações da agricultura familiar que comercializaram para o PNAE no Município de Casa Nova – BA, no período de 2011 a 2022.

A partir dos entraves observados, pelos agricultores familiares, durante a realização da pesquisa e também pelas experiências anteriores da pesquisadora, foi elaborado como o produto final deste mestrado, um vídeo produzido especialmente para orientar os agricultores/as familiares, associações e cooperativas a participarem de chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir do contexto apresentado tem-se que o objetivo principal do trabalho foi descrever o perfil das associações da agricultura familiar do Município de Casa Nova–BA, participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em relação à comercialização dos seus produtos. E este objetivo foi alcançado após: caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores/as e dos dirigentes das associações que acessaram o Programa Nacional de Alimentação Escolar; caracterizar estrutura organizacional das associações da agricultura familiar participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Casa Nova–BA; descrever a trajetória da comercialização dos produtos, vinculada ao PNAE, pelas associações da agricultura familiar do Município de Casa Nova–BA; mensurar a contribuição nas atividades vinculada ao PNAE, por gênero, nas associações da agricultura familiar do Município de Casa Nova–BA e produzir um vídeo como orientações para acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE.

A organização da dissertação está dividida em seis seções, assim distribuídas: seção (i): introdução, com a inserção da problemática de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos; seção (ii): referencial teórico; seção (iii): Metodologia,

estabelece os princípios e percursos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa; seção (iv): dedicada aos resultados e discussões; seção (v): produto final, e por fim, a seção (vi): com as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas e Agricultura Familiar

A agricultura familiar destaca-se pela peculiaridade de seu trabalho e produção, ocorrendo em um espaço geográfico delimitado. A interação entre membros familiares, unidos por laços parentescos, com a terra e outros meios de produção é central nesse contexto, estendendo-se também às relações com outras unidades familiares e grupos sociais, semelhantes em alguns aspectos, mas também distintos (Schneider, 2016).

Segundo a Lei n.º 11.326, de 24 de junho de 2006, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e atende aos seguintes critérios: não possui mais de quatro módulos fiscais; a mão de obra é predominantemente composta pela própria família; a renda familiar origina-se principalmente das atividades associadas ao estabelecimento ou empreendimento; e a sua gestão é conduzida pela própria família (Brasil, 2006).

Van der Ploeg (2009) aponta que a agricultura familiar se manifesta tanto na agricultura camponesa (conceito adotado nesta pesquisa), quanto na empresarial. Destaca que a principal diferença entre ambas está no capital ecológico. A primeira mantém uma ligação estreita com a natureza, enquanto a segunda se distancia gradativamente da natureza, substituindo insumos e favorecendo a economia de escala e o aumento da produtividade.

A agricultura familiar tem ganhado cada vez mais reconhecimento por sua importância e potencial na produção de alimentos de forma sustentável. Por esse motivo, é considerada uma atividade essencial para um futuro mais justo e equilibrado. Esse papel foi destacado pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao declarar a Década da Agricultura Familiar (2019–2028), reforçando a relevância desse setor para o desenvolvimento sustentável global. (Santos e Oliveira, 2022).

Em 2021, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) divulgou um estudo sobre o crescimento da agricultura familiar na produção de alimentos mundialmente. Segundo os dados, as pequenas propriedades familiares são responsáveis por cerca de 35% da produção alimentar global. No cenário brasileiro a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite, 59% da produção de suínos, 50%

de aves, 30% de bovinos, 46% da produção de milho, 38% do café e 21% do trigo (Pereira, 2020). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a agricultura familiar brasileira representa 77% de todas as propriedades rurais do país, e ainda emprega cerca de 10,1 milhões de pessoas, representando 67% das pessoas ocupadas no meio rural (IBGE, 2017).

Historicamente, a agricultura familiar ou os pequenos agricultores, como eram chamados até meados dos anos 1990, estiveram à margem das políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro. Esta exclusão contribuiu para aumentar a vulnerabilidade deste setor face aos desafios impostos pelos modelos de desenvolvimento adotados pelo país. (Grisa e Schneider, 2014).

As políticas públicas consistem em programas, projetos e ações desenvolvidos pelos governos, com a participação de organizações públicas ou privadas, para garantir determinados direitos à sociedade em geral ou a grupos específicos. O seu objetivo pode ser fortalecer, alterar, regular ou modificar uma determinada realidade (Alvarez, 2022).

Grisa e Schneider (2014) dividem as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil em três gerações, cada uma com as suas características e abordagens específicas.

Na primeira geração (1990-1994), o objetivo principal era o fortalecimento do viés agrícola e agrário. As políticas visavam responder às necessidades dos pequenos agricultores, promovendo o desenvolvimento do setor agrícola e procurando melhorar a produtividade. Esta geração procurou garantir a viabilidade econômica da agricultura familiar num contexto de industrialização e modernização do meio rural. São exemplos dessa geração o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar (PGPAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os Assentamentos de Reforma Agrária.

Já a segunda geração (1994-1999) o foco são as políticas sociais e assistenciais. Ela surgiu em resposta a uma crescente mobilização social e à demanda por direitos e melhores condições de vida para os agricultores familiares. As políticas dessa geração buscavam não somente melhorar as condições econômicas, mas também promover a inclusão social e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Nessa geração surgem o Garantia Safra, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e o Bolsa Família.

A terceira geração inicia-se a partir do século XXI e centra-se na construção de mercados sustentáveis, com ênfase na segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental visando integrar a produção agrícola com práticas ambientalmente sustentáveis, promovendo a segurança alimentar e a proteção dos recursos naturais. Esta geração reflete uma mudança nas prioridades do Estado, que agora não se limita a garantir a produção, mas também promove a sustentabilidade e a inclusão social. Nesta geração surgem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais-Programa Cisterna, a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), as agroindústrias, os selos e as certificações.

A participação dos agricultores e agricultoras familiares nas mais variadas formas de mercados é uma realidade observável e, ao longo dos anos, tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores de diversas áreas.

Do ponto de vista de Oliveira, Grisa e Niederle (2020), os mercados são instituições que compreendem um conjunto de regras formais, normas informais, atores e suas respectivas, crenças e valores relacionados ao funcionamento e às características do mercado em questão. Portanto, os mercados não são somente espaços onde a oferta encontra a demanda, mas são estruturas complexas que envolvem uma série de elementos institucionais e sociais.

Segundo Schneider (2016, p. 115), os mercados nos quais os agricultores se inserem podem ser entendidos a partir de três formas: 1) “os mercados como um locus, lugar ou espaço empírico no qual ocorrem as transações; 2) mercados como um princípio de ordenamento social; e 3) mercados como uma construção social”.

Ainda conforme os estudos de Schneider (2016), os agricultores podem acessar quatro tipos de mercados:

1) Mercados de Proximidade são aqueles onde as relações de troca são estabelecidas entre pessoas que se conhecem e que possuem vínculos sociais, como parentesco, amizade ou vizinhança. Essas relações são caracterizadas pela confiança, reciprocidade e valoração. Exemplos práticos desses mercados são as iniciativas de economia solidária, a venda direta entre o agricultor e o consumidor, entre outras interações;

2) Mercados Locais e Territoriais são espaços de trocas econômicas caracterizados pela presença de intermediários, pela orientação, pela oferta e

demanda e pela valorização da qualidade dos produtos. Embora os valores da troca interpessoal persistam, há uma transição para uma economia mercantil simples, onde os agentes produzem para vender ou trocar visando o ganho;

3) Mercados Convencionais são espaços de trocas econômicas orientados pela oferta e demanda, com grande poder de controle por grandes agentes privados. Os agricultores que atuam nesses mercados são altamente dependentes dos grandes agentes privados e, portanto, estão sujeitos a um alto grau de vulnerabilidade;

4) Mercados Públicos ou Institucionais são espaços de troca no qual o principal agente é o Estado ou algum organismo público, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) ou alguma organização pública não governamental, como aquelas que praticam o comércio justo. São caracterizados por regulamentações e controle formal, mediante leis e processos licitatórios para compras públicas. Os preços pagos aos agricultores tendem a ser mais elevados do que nos mercados convencionais. Além disso, há a garantia de recebimento do pagamento. São efetivamente o resultado de construção social e política, ao lidarem com fundos públicos que se originam de contribuições públicas. Por isso, requerem mecanismos de governança abertos e democráticos. Os mercados públicos não possuem um lócus ou espaço específico de atuação. Em geral, eles são criados para atender as demandas específicas, como a alimentação escolar ou compras de produtos para cestas básicas.

Os mercados públicos são um importante instrumento para fortalecer a economia solidária, ao promover a inclusão de cooperativas e associações em suas cadeias de abastecimento, garantindo oportunidades mais justas e sustentáveis.

As cooperativas e associações são importantes instrumentos na geração de renda e emprego em diversas comunidades rurais, promovendo a visibilidade dos agricultores e agricultoras familiares e agregando valor aos seus produtos (Ferreira Neto e Reis, 2019). A permanência das famílias no campo depende da articulação coletiva, do fortalecimento das associações locais e da participação ativa dos agricultores nas decisões e ações comunitárias (Sangalli et al., 2015).

Apesar das vantagens evidentes, o associativismo enfrenta desafios que devem ser superados para ampliar sua efetividade. Entre eles, destaca-se a necessidade de fortalecimento da consciência política dos agricultores e a ampliação do papel informativo e orientador das associações (Lisboa e Alcântara, 2015). Muitas vezes, os agricultores veem o associativismo somente como um meio de acesso a

benefícios materiais imediatos, sem compreender seu potencial enquanto mecanismo de empoderamento social e econômico.

A criação de redes de cooperação e comercialização, fortalece os circuitos econômicos locais, (Singer, 2002). Essas redes permitem maior autonomia para os agricultores e reduzem a dependência de grandes corporações.

A promoção do consumo justo e responsável, aliada à valorização dos produtos locais e sustentáveis, é fundamental para o fortalecimento da economia solidária no Brasil (Sabourin, 2014).

A economia solidária representa um modelo alternativo de organização econômica baseado na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho coletivo. Ela busca responder às contradições do capitalismo, promovendo inclusão social e sustentabilidade. Diferente da economia tradicional, que prioriza o lucro e a competição, a economia solidária valoriza a solidariedade, a participação democrática e a redistribuição equitativa dos recursos.

Singer (2002), destaca que a lógica capitalista hegemônica dificulta a consolidação de práticas solidárias, uma vez que estas são frequentemente marginalizadas e desprovidas de apoio institucional. Além disso, a falta de acesso a crédito, capacitação técnica e mercados justos limita o crescimento e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários.

Sabourin (2014), destaca que as práticas de reciprocidade, como a ajuda mútua e a gestão compartilhada de recursos, reduzem os custos de produção e facilitam o acesso a mercados, mesmo em um cenário de concorrência capitalista. No entanto, a coexistência de lógicas de reciprocidade e troca mercantil gera tensões, pois o sistema capitalista tende a subjugar as práticas solidárias (Sabourin, 2014).

2.2 Os Camponeses do Norte do Semiárido Baiano

Ao longo do tempo, as comunidades rurais do município de Casa Nova, na Bahia, organizaram-se em associações, a maioria das quais nas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto. A organização coletiva dos agricultores familiares no sertão nordestino surgiu a partir década de 1980. Esse processo foi impulsionado pela atuação do Estado, nos caminhos das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, como destaca Sabourin (2003),

No Sertão nordestino, a criação de associações de agricultores familiares é recente. Teve início nos anos 80, com a intervenção do Estado, nas trilhas das comunidades de base da Igreja Católica, por intermédio dos programas especiais de luta contra a seca (Pólo-Nordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - o PAPP, ou Projeto São José). Tratava-se de promover a participação da população rural por meio da criação de organizações que deviam facilitar o acesso dos pequenos produtores à inovação, ao crédito e aos investimentos comunitários. Novas estruturas de organização voluntária foram-se agregando às formas preexistentes de organização rural nordestina.

Com a ascensão de governos mais populares e progressista no início do século XXI, essas formas de organização também passaram a acessar as políticas públicas voltadas para o meio rural.

A partir das eleições presidenciais de 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil inflamam as expectativas de mudança nos rumos das políticas no Brasil. No comando do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula contemplava as reivindicações de grupos mais marginalizados, criando um contexto favorável no qual o País vivenciou a reconfiguração das políticas públicas para a agricultura familiar. (Freitas *et. al*, 2019, p.10).

Segundo, Wanderley (2014), o campesinato pode ser compreendido como um modo de produção fundamentado na família, tanto em seus objetivos voltados para as necessidades familiares, quanto em sua organização do trabalho, que se baseia na cooperação entre os membros. Nesse sentido podemos entender as Comunidade de Fundo de Pasto como os camponeses do norte baiano.

[...] a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes. (Wanderley, 2014, p.31)

No Norte baiano, as comunidades tradicionais de fundo de pasto utilizam são formadas por laços de parentesco e aliança, organizando-se em pequenas unidades espalhadas pela região. Esse modo de viver é entendido por Alcântara e Germani seguinte maneira:

[...] como uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e

praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano. (Alcântara e Germani, 2009, p. 13).

Os Territórios das comunidades de fundo de pasto vivem sobre constantes ameaças de invasão e a apropriação do seu território. Esses territórios têm sido disputados por interesses de mineradoras e de empresas de energia eólica, que procuram aliciar os membros dessas comunidades rurais com propostas de compra ou arrendamento de suas propriedades. (Lima 2013).

Carvalho (2016), destaca que:

Estes povos e comunidades estruturam seu modo de vida a partir da relação que estabelecem com terras que tradicionalmente ocupam. E são exatamente essas terras que são cobiçadas na expansão de diversos interesses econômicos, que objetivam apropriar-se dos recursos naturais nelas localizados. A ação expropriadora desses interesses tem provocado uma intensa especulação imobiliária, incentivando várias ilicitudes, como grilagens de terras e o deslocamento forçado das famílias de seus locais de referência (Carvalho, 2016, p. 48).

2.3 Alimentação Escolar No Brasil

A alimentação escolar no Brasil tem uma longa história de transformações e desafios. Os quadros 1, 2 e 3 ilustra a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desde a sua criação, destacando os marcos e conquistas.

Quadro 1: Informações dos principais eventos ocorridos com o Programa de Alimentação Escolar, quantos aos anos de ocorrência, eventos e sua breve descrição de 1945 a 1955, no Brasil

Ano	Evento	Descrição
1945	Criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA)	Início das discussões sobre alimentação escolar no Brasil.
1953	Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição	Foco em grupos materno-infantil e escolares.
1955	Criação da Campanha de Merenda Escolar (CME)	Início da distribuição de alimentos para estudantes.

Fonte: FNDE,2024 - adaptado pela autora

Quadro 2: Informações dos principais eventos ocorridos com o Programa de Alimentação Escolar, quantos aos anos de ocorrência, eventos e sua breve descrição de 1956 a 2006, no Brasil

Ano	Evento	Descrição
1956	Criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME)	Centralização e nacionalização da aquisição de alimentos.
1965	Criação da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE)	Foco em refeições completas e educação alimentar.
1970	Criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)	Tentativas de organizar a política nacional de alimentação.
1979	Criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Definição do PNAE como programa específico para a alimentação escolar.
1988	Constituição Federal	Garantia constitucional do direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental.
1993	Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Fortalecimento da participação social.
1994	Lei 8.913: Descentralização dos recursos do PNAE	Delegou aos municípios e estados a responsabilidade de atender aos alunos de suas redes.
1998	Medida Provisória 1.784: Consolidação da descentralização	Repasse direto de recursos aos municípios e estados.
2000	Reedição da MP 1784/98	Instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa
2006	Exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa	Permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo.

Fonte: FNDE, 2024 - adaptado pela autora

Quadro 3: Informações dos principais eventos ocorridos com o Programa de Alimentação Escolar, quantos aos anos de ocorrência, eventos e sua breve descrição de 2009 a 2020, no Brasil

Ano	Evento	Descrição
2009	Lei 11.947: Ampliação do PNAE	Extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e prioridade para produtos da agricultura familiar.
2020	Resolução 06: Novas diretrizes para o PNAE	Restrição de produtos processados e ultraprocessados e aumento do consumo de frutas, verduras e legumes.

Fonte: FNDE, 2024 - adaptado pela autora

O programa está presente em todos os 5.570 municípios do país, beneficiando 40 milhões de estudantes, servindo cerca de 50 milhões de refeições em mais de 150 mil escolas públicas, desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo jovens e adultos, com repasses anuais de mais de 4 bilhões de reais (FNDE, 2024)

Essa ampla capilaridade faz com que o PNAE seja reconhecido como um dos maiores programas de alimentação do mundo (Silva, 2019).

O PNAE abrange todo o território brasileiro e opera de maneira descentralizada, com a distribuição de recursos supervisionada pelo governo federal e administrada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Este órgão estabelece critérios claros para a distribuição dos recursos aos municípios, estados e distrito federal, responsáveis pela implementação do programa. O forte envolvimento da sociedade civil contribui para a consolidação do PNAE, garantindo a sua continuidade e resiliência face às mudanças de governo (Andrade et al., 2024).

Para muitos estudantes, a refeição recebida na escola é a única ou a principal do dia. A gratuidade na oferta das refeições representa uma importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), viabilizando a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Dias, 2023, p. 46).

O programa visa contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, além de promover hábitos alimentares saudáveis. Suas diretrizes incluem o uso de alimentos regionais e sustentáveis, o incentivo à agricultura familiar e a promoção de hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2009).

De acordo com Silva (2021), a ligação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar representa um passo importante para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, ao proporcionar cardápios com melhor qualidade nutricional no dia a dia de crianças e adolescentes de todo o país.

O valor a ser transferido para a entidade executora (estado, distrito federal ou município) é calculado da seguinte forma: o total de recursos é igual ao número de alunos multiplicado pelos dias letivos vezes o valor por aluno. Para efetuar os repasses às unidades federativas, o FNDE baseia-se nos dados do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Silva, 2019).

Os recursos transferidos destinam-se exclusivamente à compra de gêneros alimentícios. A operacionalização do PNAE a nível local é da responsabilidade dos estados, municípios e do distrito federal, responsáveis por montar uma infraestrutura mínima para preparação das refeições. Assim, estas entidades executoras do programa têm autonomia para gerir o recurso e complementá-lo, de modo a melhorar o cardápio escolar, tal como estabelece a Constituição Federal, uma vez que assistência financeira do governo federal é de caráter suplementar ao recurso dos estados e municípios (Alvarez, 2022).

Com a instituição da Lei n.º 11.947, em 16 de junho de 2009, e alterada pela lei 14.660/2023, o PNAE, cuja prioridade era reduzir a desnutrição dos alunos, passou a estabelecer critérios sociais e nutricionais para a compra de alimentos. Dessa forma, a alteração na política da alimentação escolar representou um avanço em prol do fortalecimento da agricultura familiar brasileira (Troian et al., 2020), privilegiando não só os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas, mas também os grupos formais e informais de mulheres (Brasil, 2023)

Segundo Silva, 2019

Esse conjunto de novas regras gerou uma mudança institucional bastante significativa para o PNAE. Se até 2009 o programa já havia crescido consideravelmente em termos de agentes executores, com a quase totalidade de estados e municípios da federação conveniados, após a Lei n.º 11.947/2009, passou a haver uma expansão também entre os fornecedores dos gêneros alimentícios, com a inclusão da agricultura familiar (com toda a diversidade que ela representa). Pode-se dizer que o programa adentrou uma nova fase de institucionalização, caracterizada neste estudo como descentralização desconcentrada, isto é, descentralização relacionada ao avanço na distribuição de competências entre as unidades federativas e

desconcentrada em função da ampliação dos fornecedores e do público beneficiário.

Barboza (2018), destaca que, nas últimas décadas, o Governo Federal implementou políticas públicas de comercialização que beneficiam os agricultores familiares. Entre elas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) reformulado em 2009. Tais programas permitem que os agricultores/as vendam sua produção diretamente ao governo, garantindo renda e acesso a alimentos frescos e saudáveis para a população.

Percebe-se que a integração da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas locais, por meio de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é fundamental para reduzir a desigualdade social e regional (Franzoni e Silva, 2016). Porém, é necessário que esses agricultores e agricultoras tenham acesso à assistência técnica para poderem obter resultados satisfatórios.

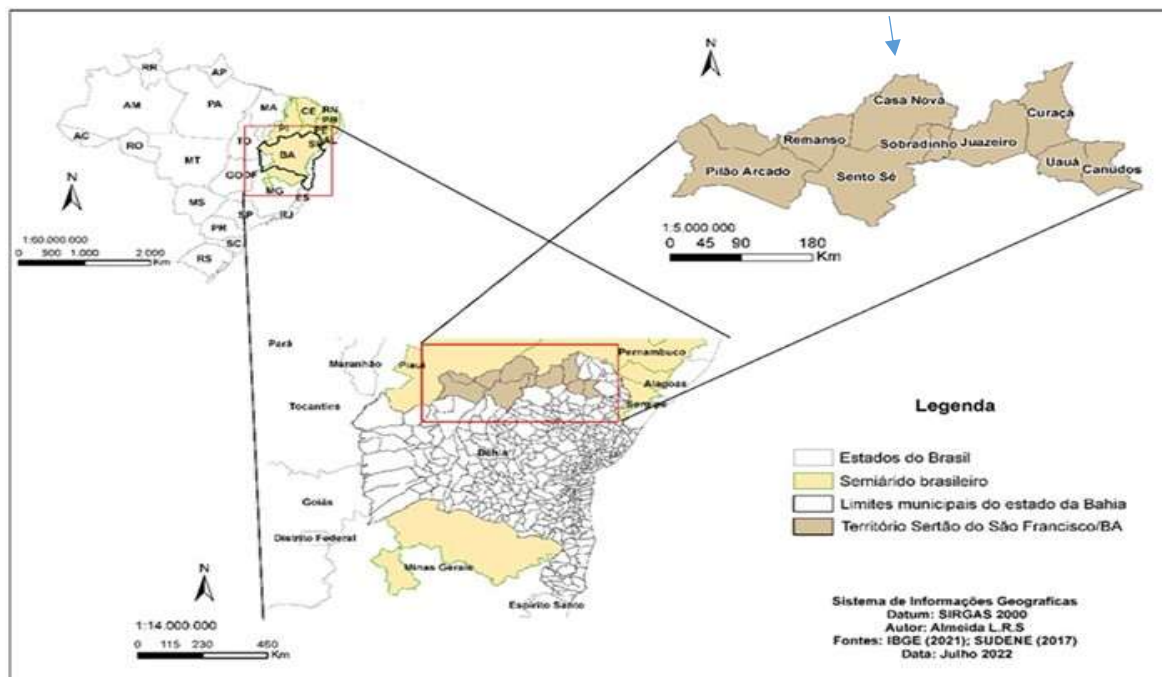
3. METODOLOGIA

3.1 Tipo e Caracterização da Pesquisa

O estudo consiste em uma pesquisa de natureza quantitativa, com caráter descritivo, balizada pela pesquisa documental e pesquisa de campo. Que se propôs descrever o perfil das associações da agricultura familiar do Município de Casa Nova - BA, participantes do PNAE, em relação à comercialização dos seus produtos no período de 2011 a 2022.

O Município de Casa Nova está localizado no semiárido brasileiro, na região Norte do Estado da Bahia. Possui uma extensão geográfica de 9.647,072 km², e população estimada em 72.086 habitantes, (IBGE, 2022). Sua economia é predominantemente voltada para a agricultura, com destaque para a produção de frutas tropicais, como manga, uva e banana, além de ser o maior produtor de caprinos e ovinos do Brasil.

Figura 1: Localização Geográfica do Município de Casa Nova – BA



Fonte: (Almeida, 2022)

A seleção da amostra referente à população de interesse foi feita por amostragem probabilística estratificada em dois níveis: por associação e por sexo, considerando erro máximo de 5%, com grau de confiança de 94% e proporção de

interesse de 51% para os agricultores. Para os dirigentes das associações, um erro máximo de 10%, um nível de confiança de 94% e uma proporção de interesse de 40%.

Os 40 dirigentes e os 24 agricultores/as são vinculados às associações participantes do PNAE no Município de Casa Nova - BA, no período de 2011 a 2022. O critério de seleção dos participantes considerou “agricultor familiar” aquele que se enquadra na definição estabelecida pela Lei 11.326/2006, e que atuou pelo menos uma vez como fornecedor de alimentos para as escolas municipais de Casa Nova através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Quanto aos dirigentes das associações, o critério estabelecido foi o de terem atuado diretamente na operacionalização do programa num dos anos do período.

A escala temporal do estudo compreende os anos de 2011 a 2022, em razão da disponibilidade de registros oficiais que asseguram a consistência e a confiabilidade das informações. Isso garante que as informações sejam precisas e bem documentadas. Assim, o estudo pode se basear em evidências sólidas e obter resultados mais robustos.

Os dados coletados por meio da pesquisa documental foram os estatutos sociais das associações participantes, as prestações de contas e os processos de chamada pública disponibilizados nas plataformas públicas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia² e no Sistema de Prestação de Contas do FNDE³. Também foram utilizadas as leis 11.947/2009 (Lei do PNAE) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) e as resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE 06/2020 e 21/2021.

O instrumento utilizado na pesquisa de campo foram questionários online assistidos. Esse método permitiu tornar a pesquisa mais inclusiva e minimizar as dificuldades no preenchimento dos questionários, especialmente em um contexto onde o nível de inclusão digital e escolaridade varia significativamente entre os indivíduos residentes em áreas rurais.

O recrutamento dos participantes foi realizado por contato com os dirigentes das associações participantes do PNAE, utilizando o WhatsApp como principal canal de comunicação. Foram aplicados dois questionários: o primeiro, direcionado aos

² E-TCM; Disponível em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>

³ SIGPC; Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>

agricultores, continha 24 questões e teve um período de coleta de dados de 9 semanas; o segundo, destinado aos dirigentes, era composto por 28 questões e também teve duração de 9 semanas para coleta.

Durante a aplicação dos questionários online, foram identificadas duas principais dificuldades: o acesso limitado à internet, nas áreas rurais, e a falta de familiaridade com ferramenta digital por parte de alguns agricultores/as e dirigentes.

Para superar esses desafios, foi disponibilizado um local com acesso à internet e suporte técnico, onde os participantes que enfrentavam essas barreiras puderam receber assistência no preenchimento dos questionários. Além disso, a cada quinze dias, eram enviadas mensagens de texto via WhatsApp para lembrar e acompanhar os participantes durante o período em que os questionários estiveram disponíveis (de 20/06/2024 a 30/09/2024).

Essas iniciativas foram fundamentais para garantir a participação de todos, permitindo que 100% dos participantes respondessem ao questionário. A coleta de dados priorizou as informações sobre as associações, seus dirigentes e associados, além de informações demográficas, econômicas e sociais.

3.2 As Técnicas Estatísticas Análise e Interpretação dos Dados

Os dados foram organizados por temáticas gerais, não direcionado a uma avaliação individualizada, preservando, assim, o sigilo e a confidencialidade dos participantes. O nome e o endereço e a identificação dos participantes serão descartados na análise.

Para contribuir na descrição do perfil das associações optou-se pela Estatística Multivariada – Análise de Agrupamentos. Esta ferramenta estatística é aplicada para identificar padrões e (dis)similaridades entre unidades de análise, a partir de um conjunto de variáveis. No contexto das associações de agricultores familiares – objeto desta pesquisa, essa técnica permitiu identificar grupos de associações com características semelhantes, considerando variáveis relacionadas ao histórico das associações, às práticas de produção e à constituição dos membros, por meio das respostas fornecidas pelos pares de dirigentes de cada uma das associações que participaram do estudo.

A análise de agrupamento aplicada baseou-se no método de Ward cujo intuito é proporcionar uma compreensão mais robusta da heterogeneidade entre as

associações (a partir das observações dos dirigentes). Uma vez que seu propósito é de identificar e classificar variáveis, elementos ou objetos em grupos diferentes, de acordo com determinadas características, a partir de indicadores de semelhança (Manly, 1986), possibilitando a identificação de perfis distintos que podem ser utilizados para o direcionamento de políticas públicas e ações de extensão rural mais adequadas a cada contexto.

O método de Ward, também conhecido como Ward's minimum variance method, é um algoritmo hierárquico de agrupamento que busca mensurar a distância entre as observações. Há vários métodos, contudo, este é considerado o mais robusto pelas propriedades estatísticas que ele satisfaz.

Basicamente, este método se distingue por utilizar a soma dos quadrados das distâncias entre os pontos e os centros de cada cluster para calcular a agregação dos grupos. De forma mais específica, a técnica de Ward se baseia em um critério de otimização, onde a soma da variância nos grupos é minimizada a cada iteração de agrupamento. A cada novo passo, dois grupos são combinados para minimizar o aumento da variância interna do conjunto resultante.

Cabe ressaltar que a determinação do quantitativo de grupos a serem identificados, não há pressuposições estabelecidas, sendo crucial a análise e experiência crítica dos pesquisadores em cada situação. Para este estudo, considerou-se a experiência da pesquisadora com membro atuante nas associações estudadas e os conhecimentos técnicos da estatística que acompanhou toda a pesquisa.

Na análise das associações de agricultores familiares, por meio, do olhar dos dirigentes, foi possível identificar várias características que influenciam o funcionamento e a dinâmica dessas associações, uma vez que foi considerado o tempo de constituição, objetivos iniciais, modalidades de apoio governamental recebidas e eventos históricos relevantes que impactaram sua operação. Já a constituição dos membros foi também considerada, para englobar a estrutura demográfica dos associados, o nível de escolaridade, a experiência no setor agrícola e a formação de lideranças internas.

A partir de várias tentativas e combinações dentre as 72 variáveis levantadas no formulário, foram selecionadas 10 características que resultaram na melhor combinação de características, são elas: Ano, tempo criação da associação, idade do dirigente, número de mulheres associadas, número de jovens até de 29 anos

associados, número de membros na diretoria, número de mulheres na diretoria, número de jovens na diretoria, frequência das assembleias e quantidade de canais de comercialização. Os critérios aplicados para a seleção das dez categorias – a melhor combinação foram: o coeficiente de determinação (R^2) e o critério de AKAIKE (Campos, 2024).

Após a aplicação do algoritmo de Ward, o dendrograma resultante oferece uma representação gráfica do processo de agrupamento hierárquico, permitindo a visualização das semelhanças e dissimilaridades entre as associações.

A interpretação dos clusters ou agrupamentos constituídos pode revelar padrões relevantes, como grupos de associações com características de produção homogêneas ou com perfis sociais semelhantes. Além disso, a análise multivariada pelo método de Ward pode evidenciar associações que, embora compartilhem algumas características de produção, apresentam grandes diferenças em termos de constituição dos membros, o que pode ser indicativo de variações no grau de organização interna ou na forma como lidam com questões sociais e econômicas.

A partir dos grupos identificados, é possível traçar perfis mais detalhados das associações dos agricultores familiares, proporcionando informações valiosas para os extensionistas rurais no desenvolvimento de estratégias de capacitação e apoio técnico. Neste sentido, a estatística descritiva (medidas de posição e variabilidade) ajuda a contextualizar os resultados da análise de agrupamento, fornecendo uma base para entender a composição dos grupos gerados.

De forma, que após a aplicação do algoritmo de agrupamento, calcula-se as estatísticas descritivas para cada cluster identificado, permitindo uma análise mais profunda das características de cada grupo, como a média de produção, a variabilidade da idade dos membros ou a diversidade de práticas agrícolas. Essa análise pode fornecer informações cruciais para a formulação de políticas públicas e estratégias de extensão rural adaptadas às necessidades de cada grupo de produtores. O uso da análise multivariada estritamente, não permite a compreensão da diversidade das associações, mas combinada com a estatística descritiva dos grupos pode contribuir para a constituição de um contexto mais robusto do cotidiano ou do histórico das associações, alinhadas às especificidades e necessidades de cada grupo de agricultores e agricultoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Comercialização via PNAE pelas Associações de Agricultores Familiares do Município de Casa Nova - BA no Período de 2011 a 2022

A agricultura familiar representa um segmento estratégico para o desenvolvimento rural e para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, sendo responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos essenciais ao consumo interno. Diante desse cenário, políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenham um papel crucial na integração dos agricultores familiares ao mercado institucional, promovendo a geração de renda e incentivando a diversificação da produção agrícola.

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o Cadastro do Agricultor Familiar (CAF), atestam a elegibilidade dos agricultores e suas organizações produtivas. Essas certificações são fundamentais para o acesso às políticas de fomento, incluindo o PNAE, que determina que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam adquiridos da agricultura familiar.

Nesse contexto, o município de Casa Nova, na Bahia, apresenta um panorama relevante no que se refere à organização da produção agrícola familiar e sua participação no mercado institucional. De acordo com dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Casa Nova – BA possui 43 associações com DAP ou CAF ativos. Dessas, 22 associações participaram do PNAE no período de 2011 a 2022, conforme informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O quadro 4 e 5 apresenta a relação das organizações envolvidas, os gêneros alimentícios fornecidos e os respectivos anos de contratação.

Quadro 4: Associações da agricultura familiar fornecedoras para o PNAE, alimentos fornecidos e ano e participação em Casa Nova - BA entre 2011 e 2022

Nome da Associação	Alimentos	Ano de Participação
Associação de Moradores e Produtores de Baixa Grande e Região	Carne de bode, sequilhos de tapioca, feijão de corda, goiaba, macaxeira, manga	2011 a 2012 2014 a 2022
Associação Beneficente das Mulheres Trabalhadoras de Casa Nova	Coentro, alface, couve	2017
Associação dos Moradores e Produtores de Curralzinho, Fazenda Boa Vista e Adjacências	Polpa de umbu, pimentão, batata doce, gínete, sequilho de maracujá, goma de tapioca	2011 a 2021
Associação Comunitária do Sítio Nossa Senhora das Graças	Batata doce, abóbora, abóbora	2012, 2013, 2015 a 2017, 2019 a 2020
Associação dos Moradores do Povoado de Lagoa do Alegre	Carne de bode, gínete, feijão de corda seco, sequilho de maracujá, farinha de mandioca, goma de tapioca, farinha de tapioca, cebola	Desde 2017
Associação dos Pequenos Produtores e Apicultores da Fazenda Santarém	Farinha de tapioca, feijão de corda seco, goma de tapioca, polpa de goiaba, polpa de acerola, sequilho	2013 a 2016, 2020 a 2022
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Boa Vista	Polpa de maracujá, laranja, goiaba, melancia, polpa de umbu, macaxeira, goma de tapioca, batata doce	2013 a 2022
Associação dos Produtores do Sítio Cacilda	Abóbora, bolo de macaxeira, bolo de milho, goiaba, macaxeira, melancia, batata doce	2015 a 2019
Associação dos Produtores Rurais, Apicultores e Moradores de Mucambo e Seus Arredores	Polpa de goiaba, manga, melancia, pudim de macaxeira, sequilho de maracujá, farinha de mandioca, goma de tapioca, biscoito caseiro, biscoito de tapioca	Desde 2017
Associação dos Moradores e Produtores de Cacimba do Zé Vitor	Bolo de coco, melão, abóbora, batata doce, carne de bode, goma de tapioca, feijão de corda seco,	2015 a 2021
Associação dos Moradores de Poço do Umbuzeiro	Manga, abóbora, polpa de goiaba, polpa de manga, feijão de corda seco, farinha de mandioca, melancia	2018 a 2022
Associação dos Criadores e Moradores da Serra Branca e Adjacências	Coentro	2022
União das Associações dos Trabalhadores Rurais Casa-novenses da Economia Solidária	Iogurte de morango, iogurte de ameixa, polpa de goiaba, polpa de manga, polpa de acerola, polpa de maracujá, iogurte salada de frutas, feijão verde,	2014,2015,2018
Associação de Moradores e Produtores Rurais de Mandioca da Serra da Mandaia e Arredores	Manga, melancia	2014 e 2015

Fonte: Atura (2024), com base na plataforma do TCM/BA e FNDE

Quadro 5: Associações da agricultura familiar fornecedoras para o PNAE, alimentos fornecidos e ano e participação em Casa Nova - BA entre 2011 e 2022

Nome da Associação	Alimentos	Ano de Participação
Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores do Sítio Melancia	Pimentão, alho, alface, cebolinha, goiaba, melancia, melão, mel de abelha, carne de bode, polpa de goiaba, feijão de corda seco	2011 2015 a 2019 2021
Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Barra e Cacimbinha	Cebola, goiaba	2019
Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Juá	Cebola, manga	2018 a 2019 2021
Associação de Fundo de Pasto de Mimoso, Melosa, Juá, Salina do Amaro, Água Fria e Tigre	Pimentão, batata doce, ginate, bolo de tapioca, carne de bode, feijão de corda seco	2018 a 2019 2021 a 2022
Associação de Fundo de Pasto dos Agricultores e Moradores de Salina da Brinca	Abóbora, batata doce, bolo de coco e cenoura, carne de bode, coentro, farinha de mandioca, goma de tapioca, feijão de corda, goiaba sequilhos de tapioca e mel de abelha,	2011 a 2013 2015 a 2017 2019 a 2022
Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores e Apicultores de Ladeira Grande	Pimentão, batata doce, ginate, bolo de tapioca, carne de bode, feijão de corda seco, goma de tapioca, farinha de mandioca,	2011 a 2020
Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores de Riacho Grande	Pimentão, abóbora, coentro, alface, cebolinha e goiaba	2019, 2020, 2022
Associação Comunitária Tradicional de Fundo de Pasto de Lagoa do Vicente	Polpa de umbu, feijão de corda seco, batata doce	2019 a 2021

Fonte: Atura (2024), com base na plataforma do TCM/BA e FNDE

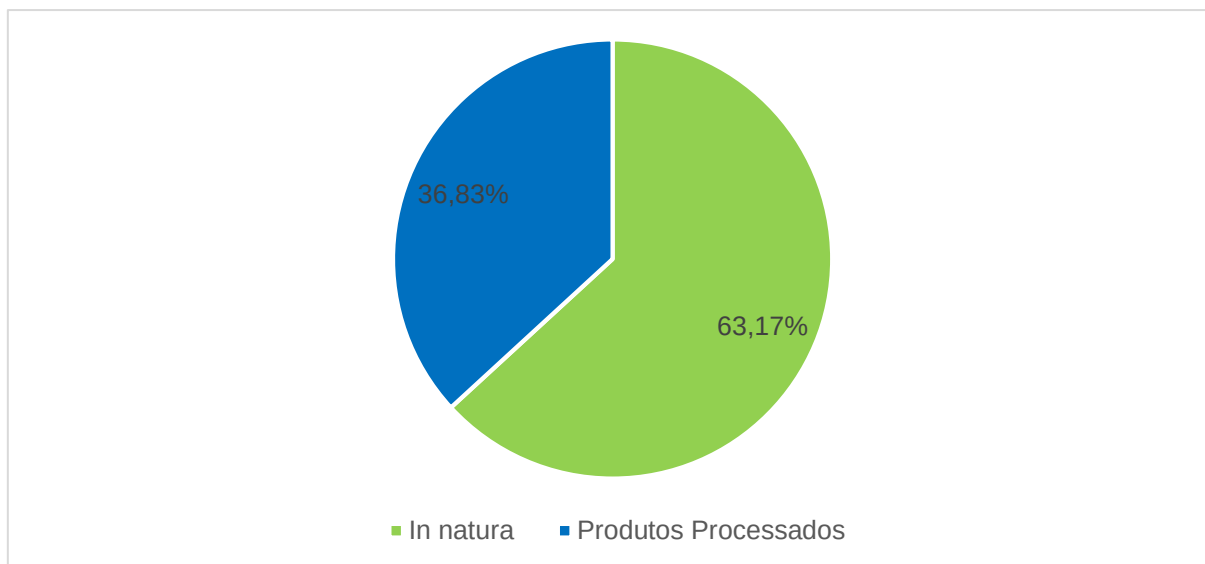
Conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), os alimentos se dividem em quatro categorias, conforme o processamento. A primeira são os alimentos *in natura* ou minimamente processados. Eles vêm diretamente de plantas ou animais, ou passam por alterações mínimas. Exemplos: grãos, farinhas, carnes e leite pasteurizado. A segunda categoria inclui produtos usados para temperar e cozinhar, como óleos, açúcar e sal. A terceira são alimentos processados, com adição de sal ou açúcar, como conservas, queijos e pães. E a quarta categoria engloba produtos ultraprocessados, com várias etapas de produção e ingredientes industriais. Exemplos: refrigerantes, biscoitos e macarrão instantâneo.

Os alimentos fornecidos pelas associações da agricultura familiar para o PNAE no município de Casa Nova – BA, são predominantemente *in natura* (63,17%), seguidos pelos processados (36,83%), conforme dados do TCM/BA, (figura 2).

É importante incentivar a diversificação da produção da agricultura familiar através do fortalecimento das agroindústrias familiares, pois elas não somente geram renda e emprego, mas também preservam as tradições, valorizam a biodiversidade e

contribuem para o desenvolvimento local. Nesse sentido Carvalheiro (2010), corrobora na discussão apresentando as agroindústrias familiares como modelos alternativos de processamento e transformação da matéria-prima pelos próprios agricultores/as. Esse processo dinamiza a economia rural, gerando novos postos de trabalho e ofertas de produtos diferenciados, produzidos em pequena escala e manualmente.

Figura 2: Percentual por categoria dos alimentos comercializados pelas Associações da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de Casa Nova – BA no período de 2011 a 2022



Fonte: Autora (2024) com base na plataforma do TCM/BA

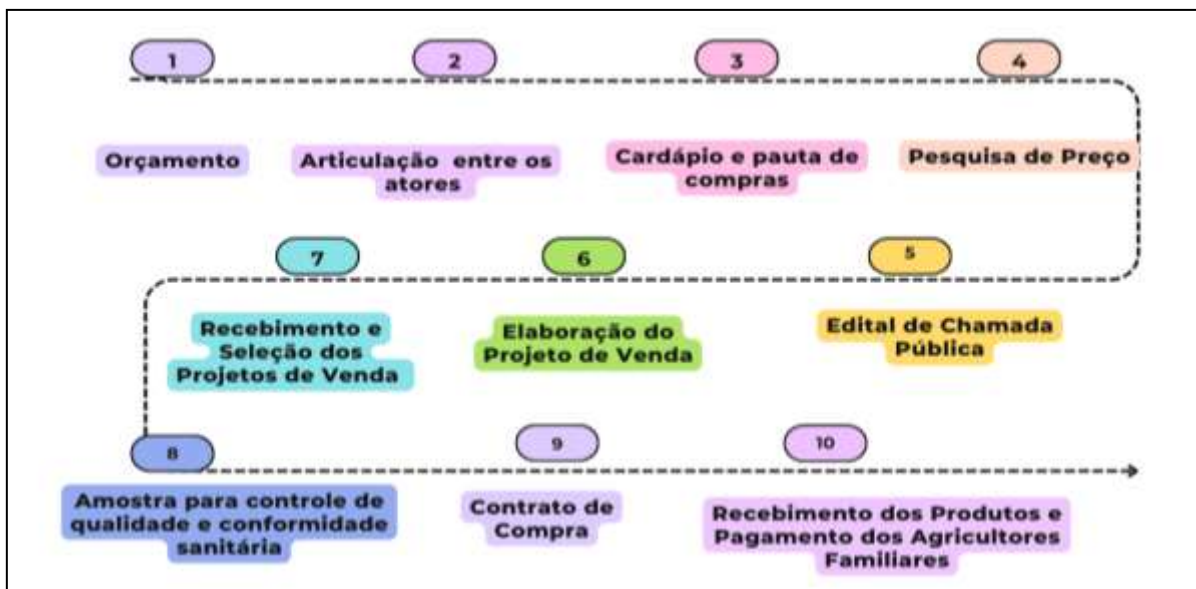
A inclusão de alimentos provenientes da agricultura familiar na dieta dos escolares contribui para uma alimentação mais saudável e equilibrada, e reflete positivamente no rendimento escolar e na qualidade de vida dos alunos.

Uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA investigou os efeitos do PNAE, mais precisamente da inserção da agricultura familiar no fornecimento de produtos alimentícios para as escolas sobre o desempenho dos alunos do ensino fundamental, utilizando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Os dados revelaram que o atendimento às normas do PNAE, no que se refere à aquisição de produtos da agricultura familiar, tem um impacto positivo e estatisticamente relevante na melhoria das notas dos estudantes da rede pública de educação básica em todo o país. (Silva, Ciríaco e Zen, 2024).

A comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PNAE ocorre por meio de chamadas públicas, conforme previsto na Lei n.º 11.947/2009 e suas

regulamentações. Para garantir que a aquisição desses alimentos seja transparente e eficiente, a Resolução CD/FNDE n.º 06/2020 define normas específicas. O processo de compra segue um fluxo organizado em 10 etapas, conforme ilustrado na figura 3.

Figura 3: Dez Passos para Comprar da Agricultura Familiar



Fonte: Autora, adaptado do Caderno de Compras da Agricultura Familiar para o PNAE, 2022

O quadro 6 demonstra as etapas da chamada pública em Casa Nova – BA, como base no ano de 2022. Nesse ano, os produtos da agricultura familiar só foram oferecidos a partir do mês de maio. Isso significa que, durante boa parte do ano, os alunos não tiveram acesso a alimentos saudáveis e nutritivos da agricultura familiar. Essa falta pode prejudicar a qualidade da alimentação escolar, afetando o rendimento e o aprendizado dos alunos.

Quadro 6: Etapas da chamada pública dos produtos da agricultura familiar no município de Casa Nova - BA no ano de 2022

O que?	Quando?	Quem?
Levantamento dos alimentos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares	Janeiro a fevereiro	Nutricionista e representantes das associações
Elaboração do Cardápio Pesquisa de preço	Fevereiro	Nutricionista
Publicação do edital, recebimentos dos projetos, amostra dos produtos e homologação do resultado	Março a abril	Comissão de licitação da Prefeitura Municipal
Assinatura dos Contratos	Abril a maio	Representantes das associações e o prefeito
Entregas	Maio a dezembro	Gestores das escolas municipais, coordenadores do setor de merenda, nutricionista e agricultores e agricultoras familiares e representantes das associações

Fonte Autora, adaptado do relatório Secretaria de Agricultura Coordenação da Agricultura Familiar, 2022

A Lei Federal n.º 11.947/2009 exigir que pelo menos 30% dos recursos do PNAE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar desde 2009. O município de Casa Nova – BA começou a adquirir os produtos da agricultura familiar a partir de 2011 e a cumprir percentual dos 30% a partir de 2016 (tabela 1).

Tabela 1: Valor Comprado da agricultura familiar pelo Município de Casa Nova – BA entre 2011 a 2022 para alimentação escolar

Ano	Valor Repassado FNDE (R\$)	Valor Comprado da Agricultura Familiar (R\$)	Percentual (%)
2011	1.057.200,00	259.439,31	24,54%
2012	1.477.752,00	242.794,99	16,43%
2013	1.592.792,00	249.330,90	15,65%
2014	1.154.416,00	248.335,53	21,51%
2015	1.554.360,00	277.253,14	17,83%
2016	871.722,00	447.614,36	51,34%
2017	2.143.750,40	748.095,47	35,03%
2018	2.003.083,60	635.800,60	30,38%
2019	1.743.397,20	567.023,70	32,52%
2020	1.865.655,00	502.579,56	26,94%
2021	1.529.026,40	515.156,75	33,69%
2022	971.622,00	292.415,00	30,10%
Total	17.964.776,60	4.985.839,31	

Fonte: Autora (2024) com base na plataforma do FNDE

A legislação também prevê mecanismos de flexibilização para municípios com dificuldades em atingir o percentual mínimo de compras da agricultura familiar. Conforme a Resolução CD/FNDE n.º 06/2020, o percentual não executado será avaliado na prestação de contas, e o valor correspondente deverá ser devolvido. O cumprimento do percentual pode ser dispensado nas seguintes circunstâncias, desde que comprovadas pela Entidade Executora (EEx) na prestação de contas:

- I. A impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
- II. A inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, desde que respeitada a sazonalidade dos produtos;
- III. As condições higiênico-sanitárias inadequadas, isto é, que estejam em desacordo com o disposto no art. 40 da resolução 06/2020.

Após a divulgação do edital de Chamada Pública, as associações da agricultura familiar do município de Casa Nova – BA, se mobilizaram para discutir a distribuição dos itens, buscando contemplar todas as associações. Para garantir uma divisão justa, utilizam como parâmetro o número de associados registrados na DAP ou CAF jurídico. (Coordenação da Agricultura Familiar, Casa Nova - BA, 2024).

O critério utilizado pelas associações influencia o número de agricultores e agricultoras participantes nos projetos de venda do município de Casa Nova–BA, resultando em uma participação mais ou menos significativa. Os dados apresentados na (tabela 2), foram obtidos através da plataforma E-TCM/BA. Cabe destacar que os dados referentes ao quantitativo de agricultores familiares do período de 2011 a 2016 não foram localizados, mesmo após busca no setor de arquivo da Prefeitura Municipal de Casa Nova - BA. Desse modo, os quantitativos só puderam ser identificados a partir de 2017, quando o município de Casa Nova acatou a determinação da resolução 1337/2015 do TCM/BA.

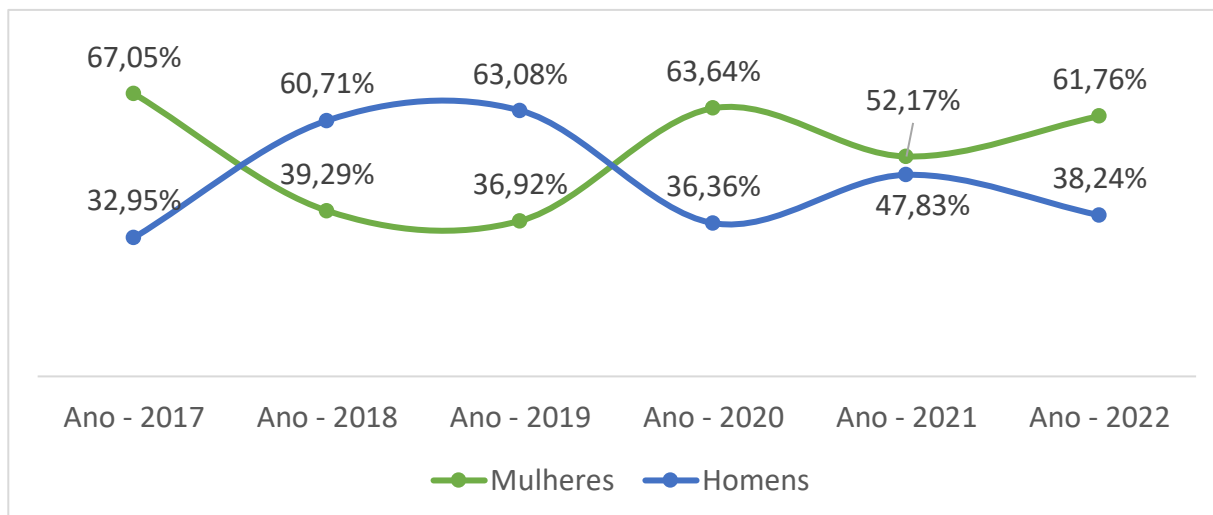
Tabela 2: Ano e número de agricultores e agricultoras familiares participantes do PNAE de 2017 a 2022 em Casa Nova - BA

Ano	N.º de agricultores/as
2017	88
2018	56
2019	65
2020	55
2021	46
2022	34

Fonte: Autora (2024) com base na plataforma TCM/BA

Durante o período de 2017 a 2022 as mulheres participaram de maneira significativa da comercialização do PNAE (figura 4), em 2017, houve a participação de 88 agricultores e agricultoras dos quais 59 eram mulheres representando 67,05% da participação. Em 2018, participaram 56 agricultores e agricultoras distribuídos em 12 associações, sendo 22 mulheres, correspondendo a 39,29% dos participantes. Em 2019, a participação foi de 65 agricultores e agricultoras, com 24 mulheres, representando 36,92% distribuídas em 18 associações. No ano de 2020, houve a participação de 55 agricultores e agricultoras, sendo 35 mulheres, representando 63,64% e houve a participação de 13 associações. Em 2021, foram 46 participantes, com 24 mulheres, representando 52,17% tendo 13 associações participando. No ano de 2022, houve a participação de 34 agricultores, sendo 21 mulheres, o que representou 61,76%, distribuídas em 10 associações.

Figura 4: Participação por gênero, nas chamadas públicas do PNAE em Casa Nova–BA, entre 2017 e 2022



Fonte: Autora (2024) com base na plataforma TCM/BA

Embora o potencial de inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar seja evidente no âmbito do PNAE, este também reflete as profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira, dificultando o acesso de mulheres, jovens, indígenas e povos e comunidades tradicionais às compras públicas como fornecedores (Schottz, 2023).

A presença das mulheres no PNAE no município de Casa Nova–BA, evidencia suas contribuições econômicas para a renda familiar (tabela 3). Além disso,

evidenciam a força e a capacidade das mulheres em ocupar espaços tradicionalmente dominados pelos homens. O acesso aos mercados institucionais do PNAE e PAA tem sido fundamental para as mulheres reconhecerem suas identidades socioeconômicas, em vez de se verem somente como “ajudantes”. Além disso, a organização dos grupos de mulheres tem fortalecido suas ações de incidência política e a luta por direitos (Schottz 2023).

Tabela 3: Participação dos agricultores por gênero, em valores monetários no período de 2017 a 2022, no município de Casa Nova–BA

Ano	Valor total comprado da agricultura familiar	Valor Comprado (R\$) das Mulheres	Percentual de Mulheres (%)	Valor Comprado (R\$) por Homens	Percentual de Homens (%)
2017	748.095,47	470.750,66	62,92%	277.344,73	37,08%
2018	635.800,60	206.266,40	32,45%	429.534,20	67,55%
2019	567.023,70	216.651,42	38,21%	350.372,28	61,79%
2020	502.579,55	316.981,25	63,05%	185.598,30	36,95%
2021	515.156,75	246.834,80	47,92%	268.321,95	52,08%
2022	292.415,00	137.989,55	47,18%	154.425,45	52,82%

Fonte: Autora (2024), com base na plataforma TCM/BA

4.2. Caracterização das Associações da Agricultura Familiar Participantes do PNAE de 2011 a 2022 em Casa Nova - BA

Leone e Anjos (2024) destaca que, o cooperativismo e o associativismo desempenham um papel relevante no desenvolvimento social e econômico dos espaços rurais da Bahia. As associações e cooperativas buscam fomentar a ação coletiva, melhorar a qualidade de vida por meio da troca de experiências e promover a convivência com os contextos áridos que caracterizam grande parte das áreas agrícolas do estado.

Um exemplo são as associações de agricultores familiares do município de Casa Nova–BA, que comercializam para o PNAE. Entre 2011 e 2022. Vinte e duas associações, forneceram alimentos para as escolas da rede municipal. No entanto, destas, somente vinte se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Essas organizações atuam com base em princípios de economia solidária, promovendo práticas colaborativas e sustentáveis. Os Empreendimentos Econômicos

Solidários (EES), abrangem diversas modalidades da agricultura familiar, são guiados por uma gestão democrática, onde não há separação entre trabalho manual e intelectual, e os trabalhadores assumem o controle e a administração do capital (Leone e Anjos, 2024).

Segundo o artigo 53º da lei 10.406/2002, “Código Civil Brasileiro” as associações assim são definidas: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Por tanto são organizações de direito privado e não público.

O artigo 54 do Código Civil brasileiro estabelece os requisitos mínimos que o estatuto de uma associação deve conter para ser considerado válido. Em outras palavras, é uma espécie de roteiro que as associações devem seguir ao elaborar seu estatuto, documento fundamental para a organização e funcionamento da entidade.

A análise dos estatutos das vinte associações que concordaram em participar da pesquisa constatou que todas estão em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos pelo Código Civil brasileiro, sendo:

- I. A denominação, os fins e a sede da associação;
- II. Os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III. Os direitos e deveres dos associados;
- IV. As fontes de recursos para sua manutenção;
- V. O modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI. As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- VII. A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Todas elas possuem uma estrutura administrativa bastante semelhante, com a presença de três órgãos principais: a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

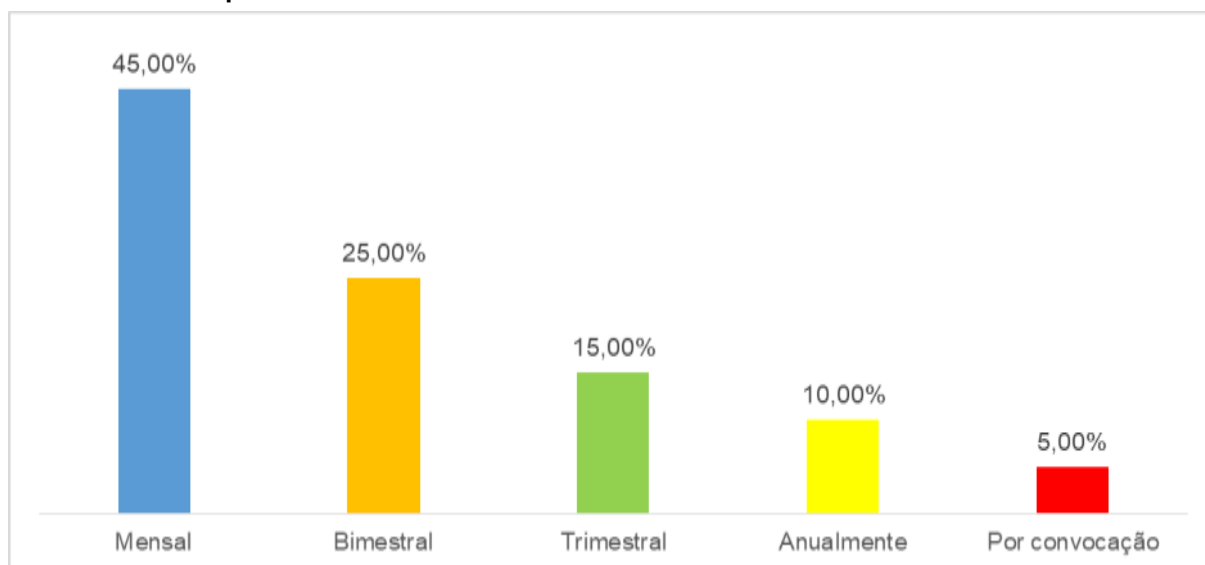
Dezenove associações têm a diretoria composta pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, tesoureiro (a), vice tesoureiro (a), secretário (a) e vice-secretário (a). Somente uma associação possui uma estrutura diferente, composta pelas seguintes cargas: coordenador-geral (equivalente ao presidente), coordenador administrativo-financeiro (equivalente ao tesoureiro) e coordenador técnico (equivalente ao secretário).

O Conselho Fiscal, por sua vez, apresenta uma composição variada. A análise dos estatutos revela as seguintes composições: 5 associações possuem 5 membros efetivos no Conselho Fiscal; 13 associações possuem 6 membros efetivos no Conselho Fiscal; 1 associação possui 3 membros efetivos no Conselho Fiscal e 1 associação possui 9 membros efetivos no Conselho Fiscal.

Anjos (2024) ressalta que a autogestão nos empreendimentos da economia solidária vai além da gestão coletiva dos empreendimentos, promovendo a democratização das tarefas e eliminando a divisão entre trabalho manual e intelectual. Além de motivar a participação ativa nas decisões coletivas, fomentar parcerias com outros empreendimentos e garantir a eficiência e sustentabilidade dos projetos.

Conforme os estatutos analisados, a frequência da assembleia geral ordinária apresenta variabilidade entre as associações (figura 5). Das 20 associações participantes da pesquisa, 9 realizam assembleias gerais ordinárias mensalmente, 3 a cada dois meses e 1 a cada três meses. Além disso, 5 têm a obrigatoriedade de uma assembleia anual, enquanto 2 podem realizá-las a qualquer momento, mediante convocação. Todas podem realizar assembleias extraordinárias sempre que houver necessidade.

Figura 5: Frequência da assembleia geral ordinária realizada pelas associações que comercializaram para o PNAE entre 2011 a 2022 em Casa Nova–BA



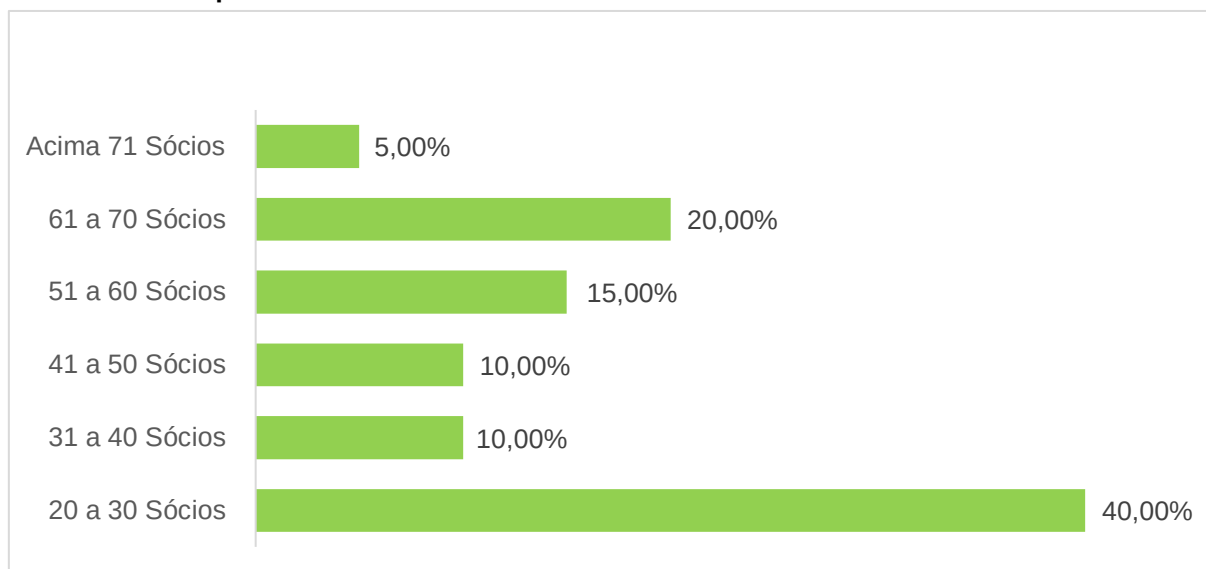
Fonte: Autora, (2024)

A variação no número de assembleias pode ocorrer, conforme Assis (2019), devido a diferentes fatores. Grupos que realizam assembleias com maior frequência,

como mensal ou bimestral, são geralmente compostos por famílias que vivem em comunidades mais próximas umas das outras.

Entre essas associações, 40,00% possuem um quadro de membros composto por até 30 sócios (figura 6), indicando um perfil de associações de pequeno porte.

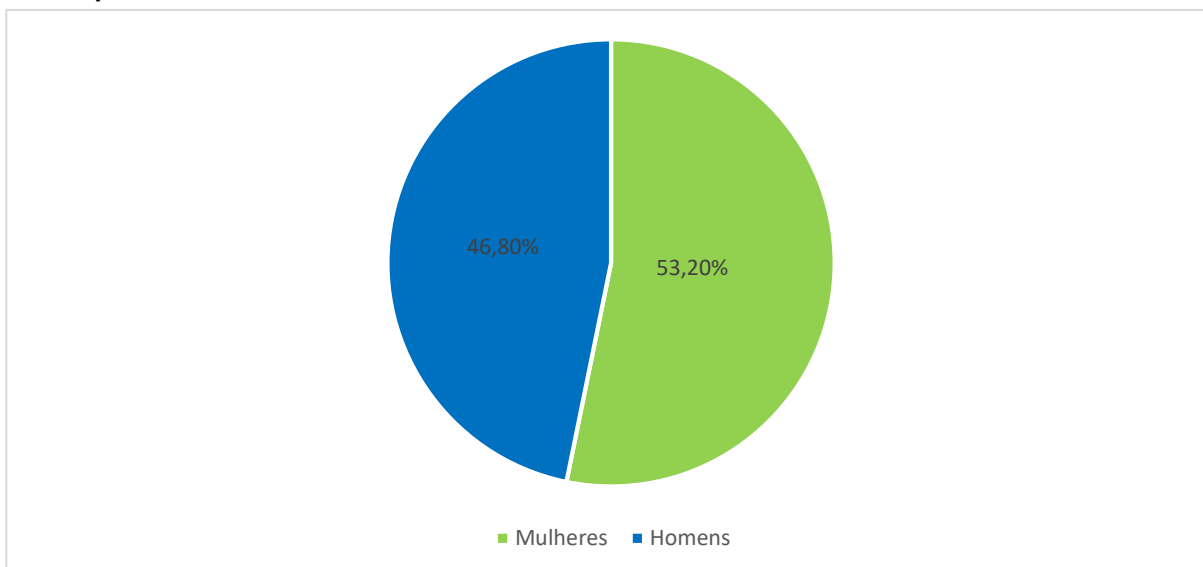
Figura 6: Percentual de associados das associações envolvidas com a comercialização para o PNAE no município de Casa Nova – BA 2011 a 2022



Fonte: Autoras 2024

No contexto das associações participantes do PNAE em Casa Nova–BA, a análise da distribuição de gênero (figura 7), revela um cenário de maior representatividade feminina, evidenciando o papel significativo das mulheres na estrutura associativa.

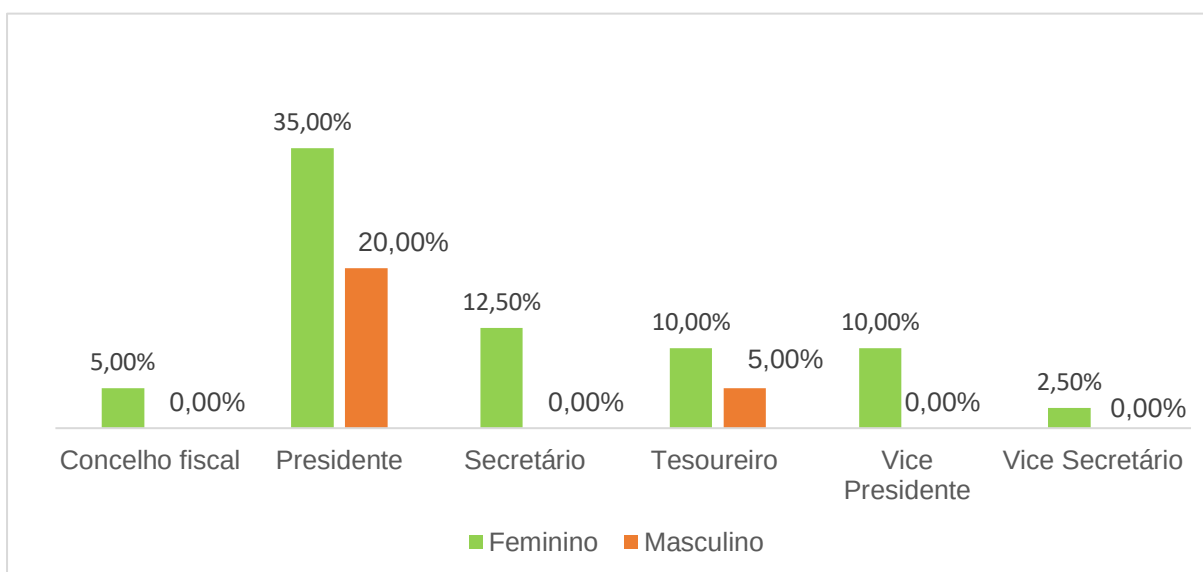
Figura 7: Percentual de associados por gênero nas associações participantes do PNAE no município de Casa Nova – entre 2011 e 2022



Fonte: Autora, (2024)

Do total de dirigentes entrevistados, 75% são mulheres. No entanto, somente 35% delas ocuparam o cargo de presidente nas associações que comercializaram com o PNAE entre 2011 e 2022 (Figura 8). Isso evidencia a necessidade de ações que promovam maior equidade de gênero nas associações.

Figura 8: Distribuição percentual de cargos nas associações, separado por gênero, participantes do PNAE em Casa Nova –BA em 2011 a 2022



Fonte: Autora 2024

A partir da base de dados com 72 variáveis constituídas a partir das respostas dos dirigentes das 20 associações, foram delimitadas 10 variáveis (características). Embora, num primeiro momento, tal situação seja um indicativo das diferenças entre as 20 associações, a partir do olhar dos dirigentes, do ponto de vista da organização e eficiência de gestão e da intenção de identificar os elementos que as diferenciam ou não, fez-se necessária a adoção de combinação de outras escalas de análise.

Silva e Gomide (2004) descrevem que existem critérios para definir um agrupamento aceitável. O primeiro deles é a explícita distinção entre os grupos resultantes. Outro é uma determinada concentração (coesão) de pontos em torno do centro de um grupo. E o terceiro é a parcimônia, ou seja, é o menor número possível de grupos, desde que as duas condições anteriores sejam satisfeitas.

O modelo escolhido apresentou uma explicação de 35,5% da variabilidade dos dados ($R^2 = 35,5\%$) e o Critério de Akaike mais baixo, comparado com outros modelos testados ($AIC=182,530$), com informações das 20 associações e dez variáveis quantitativas (numéricas) resultou em três grupos ou clusters (tabela 4).

Tabela 4: Modelo sumarizado da Análise de Agrupamento hierárquico das Associações

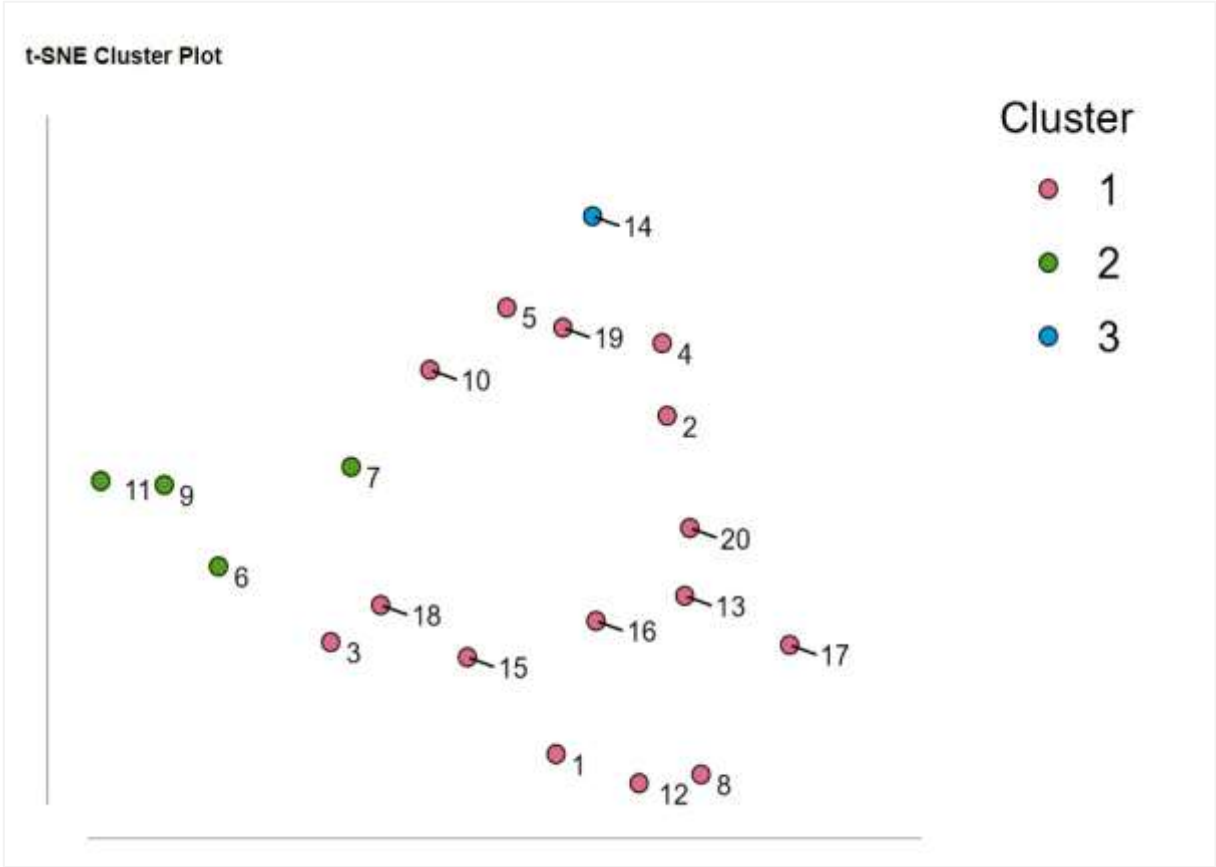
Model Summary: Hierarchical Clustering					
Clusters	N	R^2	AIC	BIC	Silhouette
3	20	0.355	182.530	212.400	0.200

Nota: O número de cluster foi otimizado pelo método de Ward.

Fonte: Autora, 2024

A partir do modelo descrito acima e pelos critérios para a determinação do número de clusters ou grupo, optamos por identificar três grupos, descritos na (figura 9) (t-SNE Cluster), destaca –se 3 grupos, por cores, identificadas por 1, 2 e 3.

Figura 9: Identificação dos grupos de associações por cores e sequência numérica



Fonte: Autora, 2024

De acordo com as informações fornecidas, tem-se que o grupo 3 constituído somente de 1 associação é o grupo com maior (dis)similaridades entre as associações. Os agrupamentos foram constituídos, dentre outros critérios estatísticos, pela variabilidade interna, conforme pode ser observado na (tabela 5).

Tabela 5: Informações resumidas dos Cluster/Grupos das Associações

Cluster	1	2	3
Tamanho	15	4	1
Proporção explicada pela heterogeneidade interna dos cluster/grupos	0,806	0,194	0,000
Quadrado Médio de cada cluster/grupos	98,742	23,787	0,000

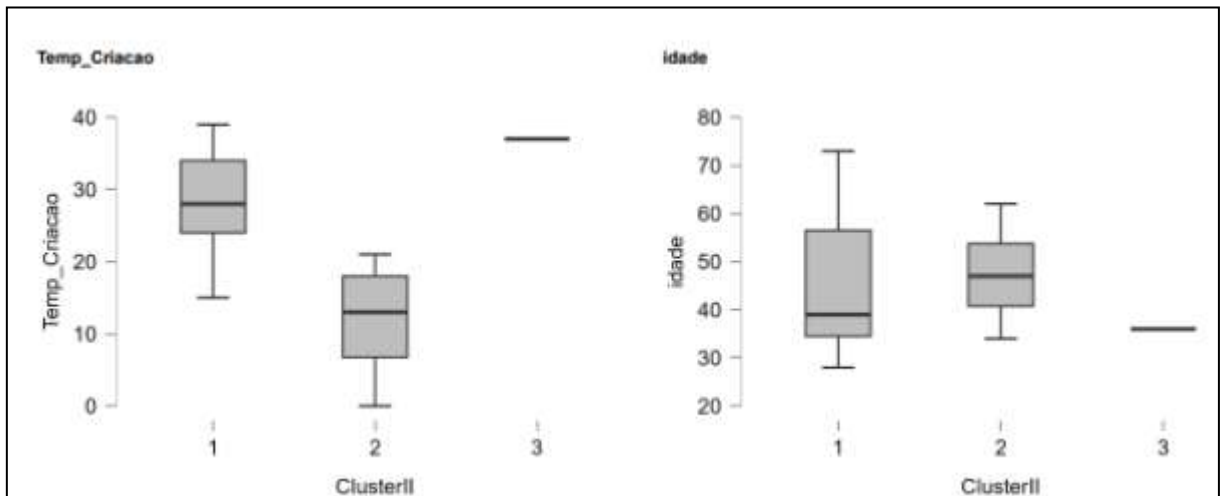
Fonte: Autora, 2024

Uma das estratégias para avaliar as (dis)similaridades entre os grupos é por meio da estatística descritiva avaliando por grupos.

As figuras 10, 11 e 12 apresentam um resumo estatístico das variáveis tempo de criação da associação, idade dos dirigentes, número de associados, número de

mulheres associadas, número de jovens até 29 associados, comparando os três grupos estruturados.

Figura 10: Resumo estatístico das variáveis tempo de criação da associação, idade dos dirigentes

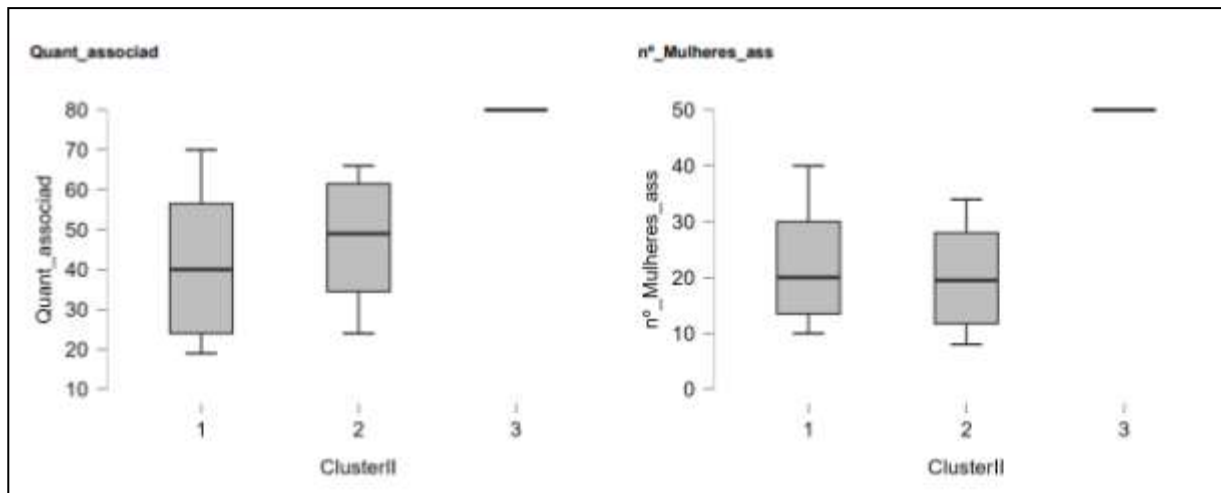


Fonte: Autora, 2024

Os grupos 1 e 3 apresentam a maior mediana em relação ao tempo de criação, indicando que suas associações possuem, em média, um histórico mais longo em comparação ao grupo 2, cuja média é de 13 anos. Esse dado sugere que as associações do grupo 2 foram constituídas a partir da implementação de políticas públicas voltadas ao acesso a mercados institucionais, evidenciando uma possível relação entre essas políticas e a formação de organizações de agricultores familiares no município de Casa Nova - BA.

Em relação à idade dos dirigentes dessas associações, as medianas dos grupos são relativamente próximas, mas o grupo 1 apresenta alguns outliers, indicando a presença de membros significativamente mais velhos ou mais jovens em comparação com a maioria.

Figura 11: Resumo estatístico das variáveis quantidade de associados e número de mulheres associadas

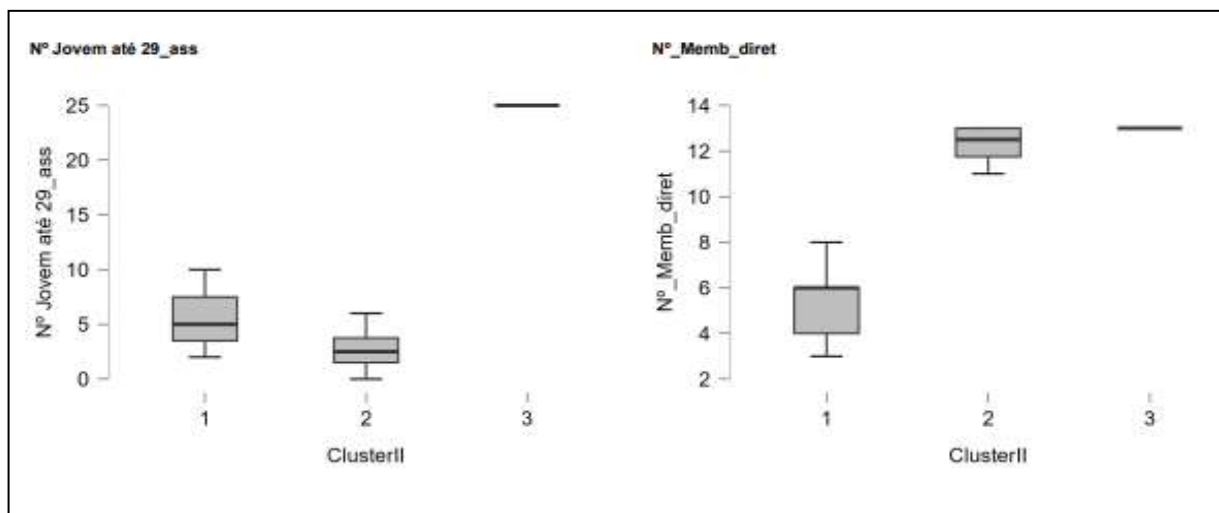


Fonte: Autora, 2024

Para a quantidade de associados, o grupo 3 novamente se destaca com a mediana mais alta, indicando uma quantidade associada maior. O grupo 1 e 2 tem a mediana mais baixa, sugerindo uma quantidade associada menor.

Por fim, no número de mulheres associadas, o grupo 3 apresenta a mediana mais alta, indicando uma maior representação feminina. O grupo 1 e 2 tem a mediana mais baixa, sugerindo menos mulheres associadas em comparação ao grupo 3.

Figura 12: Resumo estatístico das variáveis número de jovens associados com até vinte 29 anos e número de membros na diretoria



Fonte: Autora, 2024

Não que diz respeito ao número de jovens associados com até 29 anos, os grupos 1 e 2 apresentam medianas mais baixas, apresentando uma menor representatividade dessa faixa etária. Em contrapartida, o grupo 3 possui a mediana

mais alta, evidenciando uma participação mais expressiva em comparação aos demais grupos.

Em relação à composição da diretoria, os grupos 2 e 3 se destacam por apresentarem um número maior de dirigentes em comparação ao grupo 1. Esse resultado sugere que essas organizações podem ter uma estrutura administrativa mais robusta, possivelmente refletindo um nível maior de organização ou uma necessidade de gestão mais ampla. Já o grupo 1, com um número menor de dirigentes, pode indicar uma administração mais enxuta ou uma estrutura menos complexa.

Essas comparações destacam as diferenças e semelhanças entre os grupos de associações em relação às variáveis analisadas. Há diversas outras medidas que devem ser exploradas para atentar aos elementos que tornam as associações mais dispares ou mais similares.

4.3 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares Participantes do PNAE do Município de Casa Nova - BA no Período de 2011 a 2022

O perfil dos agricultores e agricultoras familiares participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Casa Nova – Ba de 2011 a 2022 foi levantado através da aplicação de um questionário de forma online e assistida.

A faixa etária mais frequente entre os agricultores familiares que acessaram o PNAE está entre 40 e 44 anos (37,5%), seguida pelos grupos de 31 a 39 anos e de 22 a 29 anos, ambos com 25%. A menor representatividade ocorre na faixa de 56 a 60 anos (12,5%), constituindo assim um grupo com idade superior a 29 anos, evidenciando uma faixa etária mais avançada entre agricultores/as participantes do PNAE no município de Casa Nova – BA (tabela 6). O que se assemelha aos estudos realizados por Araújo (2023), Baldisera et al. (2018), Costa (2016), os quais observam uma população com idade mais avançada no meio rural.

Tabela 6 Distribuição dos agricultores/as segunda idade, sexo, estado civil, escolaridade agricultores e agricultoras familiares, Casa Nova–BA, 2011 a 2022

Variável	N	%
Idade		
22 - 29	6	25,00%
31 - 39	6	25,00%
40 - 44	9	37,50%
56 - 60	3	12,50%
Sexo		
Feminino	11	45,83%
Masculino	13	54,17%
Estado Civil		
Casado	12	50,00%
Divorciado	1	4,17%
Solteiro	8	33,33%
União estável	2	8,33%
Viúvo	1	4,17%
Total	24	100,00%

Fonte: Autora (2024)

Uma análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017, realizada por Silva e Nunes (2023), revelou uma baixa escolaridade entre agricultores familiares no Brasil. Mais de dois terços deles possuem apenas o ensino fundamental I completo, o que reflete um histórico de negligência em relação aos direitos educacionais no meio rural.

No entanto, ao examinarmos especificamente os agricultores familiares do município de Casa Nova – BA, que participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), observamos um cenário ligeiramente mais otimista. Nesse grupo, 45,83% concluíram o ensino médio, sugerindo um progresso no acesso à educação em comparação com a média nacional.

Apesar dessa melhoria, os desafios educacionais persistem em Casa Nova - BA. Uma parcela significativa dos agricultores familiares ainda enfrenta dificuldades: 12,50% são alfabetizados, mas não concluíram o ensino fundamental, 12,50% possuem ensino fundamental incompleto e 4,17% são analfabetos. Além disso, o acesso ao ensino superior ainda é limitado, com apenas 8,33% dos agricultores possuindo graduação e 4,17% com pós-graduação (tabela 7)

Tabela 7: Distribuição dos agricultores/as segunda idade, sexo, estado civil, escolaridade agricultores e agricultoras familiares, Casa Nova–BA, 2011 a 2022

Variável	N	%
Escolaridade		
Alfabetizado	3	12,50%
Ensino fundamental completo	1	4,17%
Ensino fundamental incompleto	3	12,50%
Ensino médio completo	11	45,83%
Ensino médio incompleto	1	4,17%
Graduado	2	8,33%
Lê e escreve	1	4,17%
Não alfabetizado	1	4,17%
Pós-Graduação	1	4,17%
Total	24	100,00%

Fonte: Autora (2024)

Uma parcela considerável dos agricultores/as se autodeclara parda (45,84%), seguida por negra (25%) e branca (25%). Há uma pequena representação de pessoas de cor amarela (4,17%) (tabela 8). Esses dados refletem a diversidade étnico-racial da região, com predominância de grupos historicamente marginalizados, como negros e pardos.

A grande maioria dos agricultores (83,33%) é responsável pela propriedade, demonstrando um alto grau de autonomia na gestão de suas terras. Em relação à condição da propriedade, 50% são proprietários (possuem escritura ou título de terra), enquanto 41,67% são posseiros e 8,33% são comodatários (tabela 8). Esse dado revela que, embora metade dos agricultores tenha a posse formal da terra, uma parcela significativa ainda enfrenta desafios relacionados à regularização fundiária.

Em relação ao tamanho das propriedades, 37,5% possuem mais de 20 hectares, seguidos por aquelas com áreas entre 11 e 20 hectares (25%). Já as menores propriedades, de 1 a 5 hectares e de 6 a 10 hectares, representam 20,83% e 16,67%, respectivamente (tabela 8). O que se assemelha com o estudo realizados por Fischer et al. (2016), onde 47,3% dos agricultores do município de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – SC, possuem propriedades com menos de 20 hectares. Essa semelhança sugere que a predominância de pequenas propriedades é uma característica marcante da agricultura familiar brasileira.

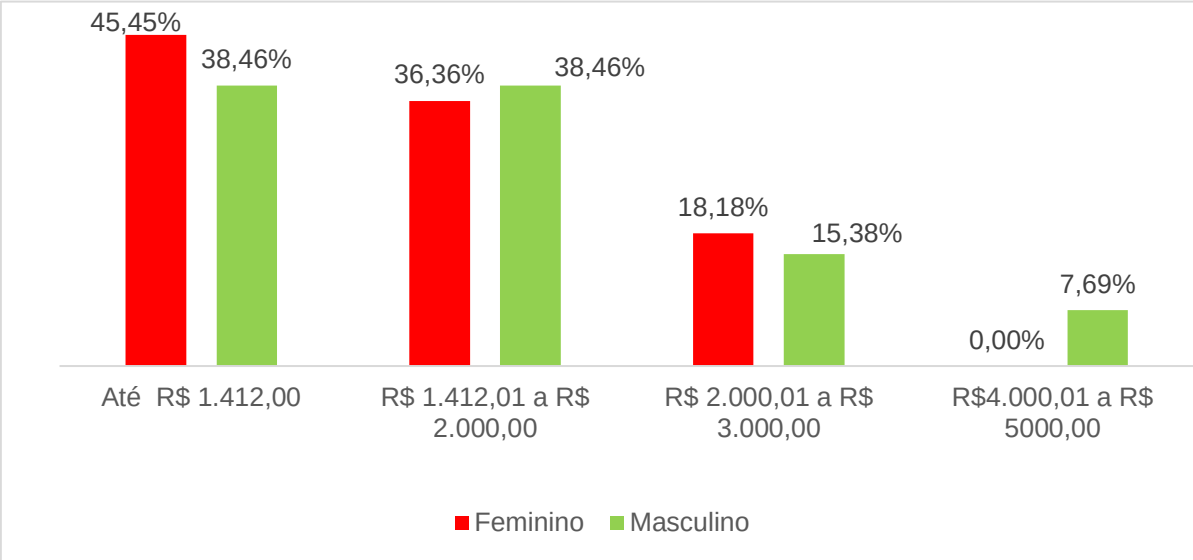
Tabela 8: Distribuição dos agricultores/as segundo a identificação étnico racial, responsável pela propriedade, condição da propriedade e tamanho da propriedade por hectare dos agricultores e agricultoras familiares, Casa Nova–BA, 2011 a 2022.

Variável	N	%
Identificação étnico racial		
Amarela	1	4,17%
Branca	6	25,00%
Variável	N	%
Negra	6	25,00%
Parda	11	45,84%
Responsável Pela Propriedade		
Não	4	16,67%
Sim	20	83,33%
Condição da Propriedade		
Comodatário	2	8,33%
Posseiro	10	41,67%
Proprietário (possui escritura ou título de terra)	12	50,00%
Tamanho da Propriedade		
1 a 5 hectares	5	20,83%
11 a 20 hectares	6	25,00%
6 a 10 hectares	4	16,67%
Mais de 20 hectares	9	37,50%
Total	24	100,00%

Fonte: Autora (2024)

Os dados coletados em relação a renda dos entrevistados revelam que 45,45% das mulheres possuem uma renda familiar de, no máximo, R\$ 1.412,00, valor correspondente a um salário mínimo no ano de 2024, (figura13). Esse percentual expressivo evidencia a predominância de famílias com baixa remuneração entre as mulheres entrevistada, esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que assegurem maior equidade socioeconômica, além de melhorias concretas nas condições de vida dessas agricultoras e de suas famílias.

Figura 13: Distribuição da renda familiar dos agricultores e agricultoras participantes do PNAE no município de Casa Nova–BA, 2011 a 2012



Fonte: Autora (2024)

Todos os agricultores/as participantes da pesquisa que comercializaram para o PNAE entre 2011 a 2022 permanecem filiados em suas respectivas associações e participam ativamente das reuniões. A maioria (66,67%) participou de 3 reuniões nos últimos 3 meses, enquanto 12,50% participaram de 1 ou 2 reuniões. Esse alto nível de engajamento reflete a importância das associações para a organização coletiva e o acesso a políticas públicas como o PNAE (tabela 9).

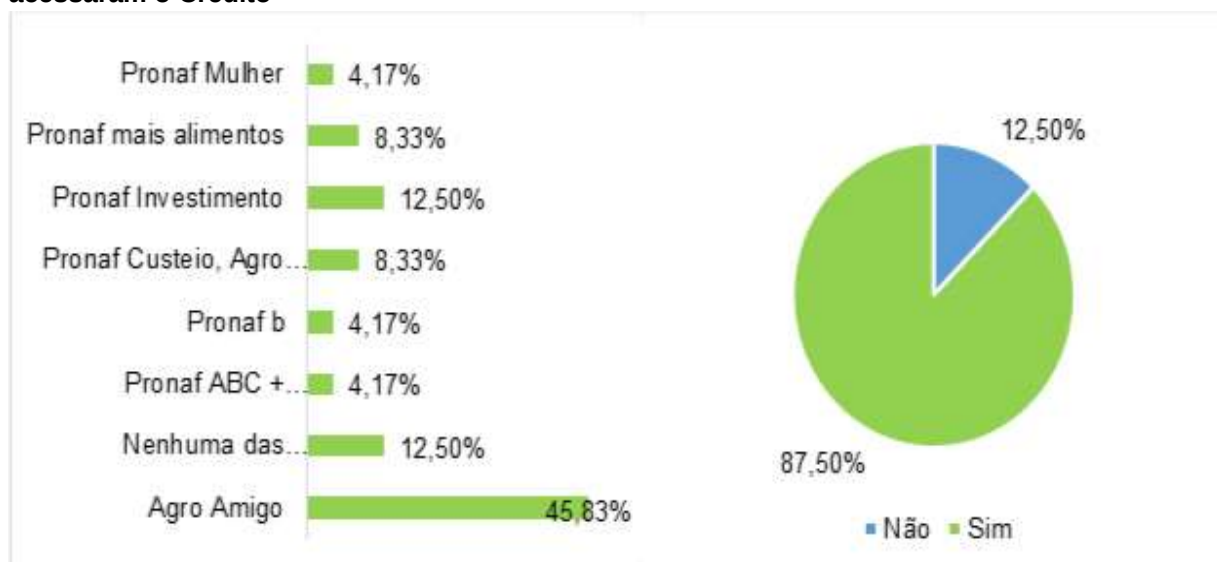
Tabela 9: Distribuição dos agricultores e agricultoras familiares segundo a filiação em associação, participação e número de reuniões em que participou, que comercializam para o PNAE, Casa Nova–BA, 2011 a 2022

Variável	N	%
Filiação em Associação		
Sim	24	100,00%
Não	0	0,00%
Participa das reuniões da Associação		
Sim	24	100,00%
Não	0	0,00%
Quantas reuniões participou nos últimos 3 meses		
1	3	12,50%
2	3	12,50%
3	16	66,67%
4	1	4,17%
5	1	4,17%
Total	24	100,00%

Fonte: Autora, (2024)

A participação em cooperativas e associações pode contribuir para a melhoria das condições de produção e reprodução da agricultura familiar. Os estabelecimentos agropecuários cujos produtores participam de organizações associativas têm um percentual mais elevado de acesso a financiamento, (Silva e Nunes, 2023), como se observa no caso dos agricultores e agricultoras familiares do município de Casa Nova – BA. Do total de agricultores e agricultoras que comercializam para o PNAE entre os anos de 2011 a 2022 (figura 14) 87,50% tem a acesso a crédito do PRONAF, e 45,83% acessaram a linha de crédito Agro Amigo.

Figura 14: Linhas de crédito do PRONAF e percentual de agricultores e agricultoras que acessaram o Crédito



Fonte: Autora (2024)

4.4 - Perfil Sócio Econômico dos Dirigentes das Associações da Agricultura Familiar Participantes do PNAE do Município de Casa Nova

A fim de caracterizar o perfil dos dirigentes das associações de agricultoras familiares participantes do PNAE em Casa Nova – BA entre 2011 e 2022, foi realizada a aplicação de um questionário online assistido.

A uma parte considerável dos dirigentes está na faixa etária de 31 a 39 anos, representando 37,50% do total. Em seguida, as faixas de 41 a 49 anos e 51 a 59 anos aparecem com 20% cada, indicando uma presença significativa de indivíduos em idade madura. Jovens entre 21 e 29 anos correspondem a 12,50%, enquanto somente 10% dos dirigentes têm mais de 60 anos (tabela 10).

Tabela 10: Distribuição dos dirigentes segundo idade, sexo, estado civil, escolaridade e identificação étnico racial dos dirigentes das associações da agricultura familiar que comercializam para o PNAE, Casa Nova – BA, 2011 a 2022.

Variável	N	%
Idade		
21 a 29	5	12,50%
31 0 39	15	37,50%
41 a 49	8	20,00%
51 a 59	8	20,00%
Acima de 60	4	10,00%
Sexo		
Feminino	30	75,00%
Masculino	10	25,00%
Estado Civil		
Casado (a)	24	60,00%
Divorciado (a)	2	5,00%
Solteiro (a)	9	22,50%
União Estável	4	10,00%
Viúvo (a)	1	2,50%
Escolaridade		
Ensino fundamental completo	6	15,00%
Ensino fundamental incompleto	7	17,50%
Ensino médio completo	12	30,00%
Ensino médio incompleto	4	10,00%
Graduado	6	15,00%
Lê e escreve	2	5,00%
Pós-Graduação	3	7,50%
Identificação étnico racial		
Amarela	3	7,50%
Branca	13	32,50%
Negra	8	20,00%
Parda	16	40,00%
Total	40	100,00%

Fonte: Autora, (2024)

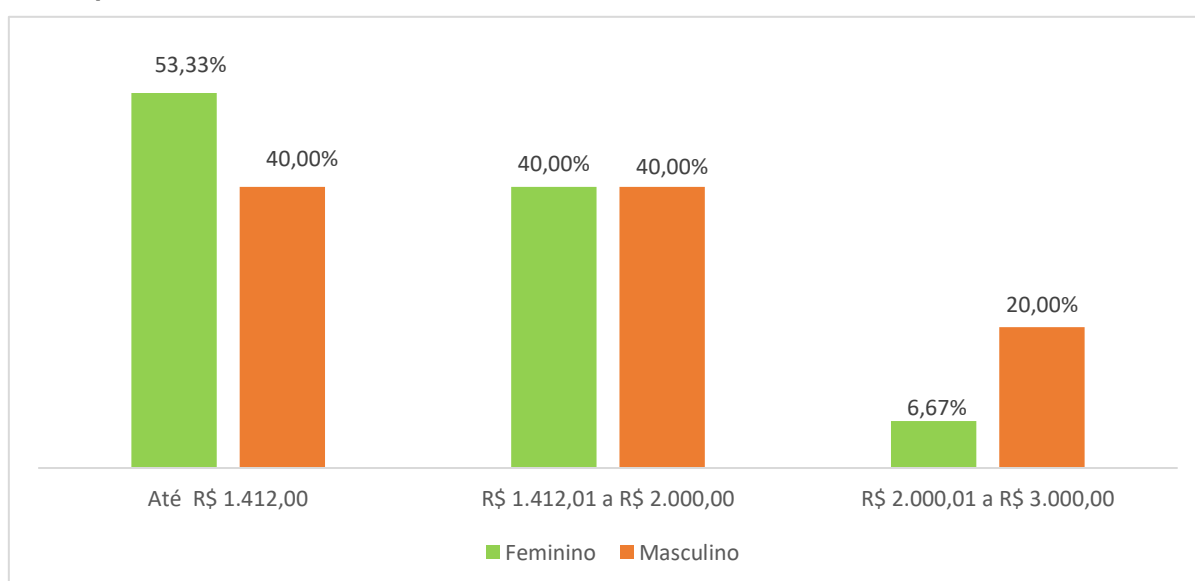
A escolaridade dos dirigentes é variada (tabela 10), tendo 30% concluído o ensino médio e 15% possuindo graduação. Outros 17,50% têm ensino fundamental incompleto, enquanto 15% completaram o ensino fundamental. Somente 7,50% possuem pós-graduação, e 5% declararam somente saber ler e escrever. Esses

dados mostram que, embora haja uma parcela com formação mais elevada, ainda há desafios relacionados à qualificação educacional a serem superados.

Dos dirigentes entrevistados (40%) se autodeclara parda, seguida por branca (32,50%) e negra (20%). Amarelos representam 7,50% do total (tabela 10).

A figura 15 apresenta a distribuição salarial dos dirigentes. Das mulheres entrevistadas que ocupam cargos de liderança nas associações e participaram no PANE entre 2011 e 2022 em Casa Nova–BA, 53,33% delas recebiam até 1.412,00 reais (salário mínimo, 2024). Cerca de 40% recebem até 2.000 reais, indicando uma renda moderada para este grupo. Por fim, 6,67% recebem até 3.000 reais.

Figura 15: Distribuição da Renda dos dirigentes das associações participantes do PNAE no município de Casa Nova – BA 2011-2022



Fonte: Autora 2024

Embora a participação das mulheres na liderança das associações represente um progresso significativo, os dados sobre a renda destacam a necessidade de adotar medidas que aprimorem as condições econômicas dessas mulheres. É fundamental que o protagonismo feminino seja acompanhado por avanços concretos na qualidade de vida e autonomia financeira das mulheres rurais.

5.PRODUTO FINAL

O produto final deste trabalho é um vídeo produzido especialmente para orientar os agricultores/as familiares, associações e cooperativas a participarem de chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O vídeo foi produzido no formato de animação gráfica, com uma duração de 10 minutos e 30 segundos. Ele é composto por uma introdução sobre o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), uma explicação sobre o que é uma chamada pública, a demonstração da lista de documentações necessárias para participar, o limite de venda para cada tipo de participação (fornecedor individual, grupo informal e grupo formal), além de um tutorial sobre como obter os documentos referentes à regularização fiscal das associações — documentação indispensável para a participação na chamada pública.

O objetivo é fornecer informações claras e precisas sobre as regras e diretrizes do programa, para que os agricultores familiares e suas organizações possam participar eficientemente. Para isso, foram pesquisados os normativos do programa e a utilização de materiais educativos existentes.

Neste vídeo, é possível encontrar informações sobre o PNAE, as regras específicas da Chamada Pública de Casa Nova – BA e o que é necessário para elaborar uma proposta.

A divulgação deste vídeo será feita mediante diversas plataformas, como redes digitais, sites de instituições governamentais e não governamentais, além dos canais de comunicação das associações de agricultores, para que o maior número possível de pessoas tenha acesso a essas informações importantes.

Esperamos que este material seja útil e contribua para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Figura 16 Vídeo explicativo sobre chamada pública de aquisição de alimentos da Agricultura familiar



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a compra institucional dos produtos da agricultura Familiar: um olhar para as associações participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Casa Nova - BA revelou um cenário marcado por avanços e desafios.

A um desafio a ser superado está relacionado ao início das entregas dos produtos da agricultura familiar, que geralmente acontecem no fim do primeiro semestre do ano. Essa situação impacta diretamente na qualidade da alimentação escolar e demonstra a necessidade de uma melhor organização do cronograma de compras.

O estudo identificou os seguintes aspectos positivos: a organização das associações de agricultores, a participação ativa das mulheres e o apoio do município na elaboração dos projetos de venda para as associações. Esse suporte facilita a participação dos agricultores e agricultoras nos editais de chamada pública para aquisição de alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e garantindo que alimentos saudáveis cheguem às escolas.

O perfil dos agricultores que fornecem para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Casa Nova-BA, entre 2011 e 2022, mostra um equilíbrio entre homens e mulheres, a faixa etária desses agricultores é de 40 a 44 anos (37,50%). Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que incentivem a sucessão rural, garantindo a continuidade das atividades no campo. Apesar de terem acesso ao crédito, indicando um potencial produtivo, a maioria das familiares tem e renda familiar de até R\$ 1.412,00. (Um salário mínimo em 2024).

O perfil dos dirigentes das associações mostrou uma predominância feminina, com 75% das lideranças sendo mulheres, um dado significativo que reflete o progresso na equidade de gênero em um setor historicamente dominado por homens.

A faixa etária dos dirigentes entre 31 e 39 anos (37,50%), seguida por faixas acima dos 40 anos, evidencia a necessidade de políticas públicas e programas que incentivem a participação de jovens, garantindo a renovação da gestão e a sustentabilidade das associações.

O nível de escolaridade dos dirigentes com 30% deles com ensino médio completo apresenta um indicador positivo, mas investir em capacitação técnica e de gestão é essencial para fortalecer essas organizações.

As associações de agricultores apresentam uma estrutura sólida e democrática, com participação igualitária de homens e mulheres. A liderança feminina é predominante, o que demonstra o papel fundamental das mulheres na gestão e desenvolvimento das atividades produtivas relacionadas ao PNAE.

Com base nos resultados é essencial que a administração municipal adote mecanismos para garantir o fornecimento de alimentos provenientes da agricultura familiar durante todo o ano letivo e respeitando a sazonalidade da produção da agricultura familiar.

Além disso, é essencial investir em ações de assistência técnica e extensão rural para os agricultores/as com foco na melhoria da qualidade dos produtos, no acesso a mercados, na inclusão das mulheres e jovens nos espaços de decisões das associações, bem como na formação dos dirigentes das associações para fortalecer a gestão dessas organizações.

É essencial incentivar a produção de alimentos agroecológicos e a produção de alimentos processados pois é uma estratégia importante, pois contribui para a diversificação da alimentação escolar e agrega valor aos produtos da agricultura familiar.

7. REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. **Fundo de Pasto: Um conceito em Movimento**. In: Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEG. Curitiba (PR). 2009. Anais da ANPEGE. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermani_fundo_pasto_conceitoemmovimento.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BARBOSA, Gustavo José. **Comercialização na Agricultura Familiar de Serraria-PB**. Revista Diálogos da Extensão, v. 1, n. 4, p. 62-66, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acesso em 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. **Sistema de Gestão de Prestação de Contas**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpressão. – Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAPA. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em <https://sistemas.agricultura.gov.br/cafi/dados-publicos/formas-associativas>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) **Sistemas da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)**. Disponível em: <https://dap.mda.gov.br/> Acesso em: 06 mar. 2023.

CAMPOS - na verdade foi Bento e Campos Bento, J. A. do N., & Campos, K. C. (2024). **Tipologias de desmatamento e desenvolvimento no Ceará: uma análise exploratória**. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, 14, 972–992. <https://doi.org/10.24302/drd.v14.5484>

CARVALHO, Franklin Plessmann. **Fundos de pasto territorialidade e uso comum**. Ruris, Campinas, v. 10, n. 2, p. 47-73, 2016. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16944>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CARVALHEIRO, Elizângela Mara. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. 2010. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36384/000817135.pdf?sequence=1&isAlo#page=19.10>. Acesso em: 28 mar. 2023.

COSTA, Carlyanne do Nascimento *et al.* **Alimentação escolar e a inserção da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Codó/MA**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34366>. Acesso em: 28 ago. 2024.

DE CASTRO, César Nunes; FREITAS, Rogério Edivaldo. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar**. Texto para Discussão, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14543/1/Vinte-anos_Cap13_Agricultura_familiar_nordestina.pdf. Acesso em 02 set. 2024.

DO NASCIMENTO, Leandra Fernandes; CAVALCANTE, Maria Marina Dias. **Abordagem quantitativa na pesquisa em educação: investigações no cotidiano escolar**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 11, n. 25, p. 9, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/7075>. Acesso em: 05 jan.2024.

FISCHER, Augusto; MARINI, Daniela; FILIPPIM, Eliane Salete. **Perspectivas de agricultores familiares para a permanência na atividade rural**. Revista ESPACIOS. Vol. 37 (Nº 07) Ano 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n07/16370710.html>. Acesso em 05 mar. 2025.

FRANZONI, Gabriel. Borela; SILVA, Tania. Nunes. **Inovação social e tecnologia social o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS**. Revista Desenvolvimento em Questão, n. 37, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4341>. Acesso em: 15 dez.2023.

FREITAS, Alan Ferreira de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FREITAS, Alair Ferreira de. **A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 1, p. 9-28, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Spj6nth4LksK4LmpVsMBHXs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em 29 set. 2022.

LEONE, Jailson Borges Aranha; DOS ANJOS, Eliene Gomes. **Entre o idealizado e o vivido: uma reflexão sobre a gestão associativa em empreendimentos solidários da agricultura familiar na Bahia**. Revista de Gestão e Organizações

Cooperativas, v. 11, n. 21, p. e85894-e85894, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/85894>. Acesso em 05 jan. 2025.

LIMA, Vanderlei Rocha. **Comunidades Tradicionais de Fundos de pasto na Defesa pelos Direitos Territoriais: o que esperar da lei 12.910/2013?** Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2016_lima.pdf. Acesso em 07 dez.2024.

MANLY, Bryan FJ. **"Métodos de randomização e regressão para testar associações com distâncias geográficas, ambientais e biológicas entre populações."** Researches on Population Ecology 28 (1986): 201-218.

MARQUES, Leônidas de Santana. **As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro.** Sociedade & Natureza, v. 28, p. 347-359, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/TXb7hGJW6S9tWJbJjFG3CNS/?format=html>. Acesso em: 01 dez.2024.

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo. **Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. Redes.** Revista do Desenvolvimento Regional, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14248>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Elson de. **Feiras Agroecológicas e Orgânicas como modalidade de Circuitos Curtos de Comercialização: experiências do Território de Identidade Sertão do São Francisco Bahia.** 2023. Tese de Doutorado Universidade Federal do Vale do São Francisco. Disponível em: <https://ppgadt.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2023/11/Tese-Doutorado-ELSON-DE-OLIVEIRA-2.pdf>. Acesso em 16 fev.2024.

OLIVEIRA, Natália Lima de. **Análise de agrupamento hierárquicos.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72490>. Acesso em 10 jan. 2025.

PEREIRA, Cenira Mota. **Desenvolvimento Rural e Saúde do Trabalhador: Hábitos Alimentares de Produtores Agroecológicos.** Itajubá/MG. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá – UFItajubá/MG, 2020. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2158/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2020052.pdf. Acesso em: 17 fev.2024.

SABOURIN, Eric. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste Semiárido.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. 1999, Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/OPB121.pdf. Acesso em: 01 out.2024.

SABOURIN, Eric. **Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária**. Revista Economica do Nordeste REN, 2014. Disponível em: <https://hal.science/hal-02798379>. Acesso em: 05 out.2024.

SANGALLI, Adriana Rita et al. **Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em Dourados (MS), Brasil**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87841064007.pdf>. Acesso em 01 dez. 2024.

SANTOS, Anabele Pires; OLIVEIRA, Maria das Graças de. **Agroecologia na alimentação escolar: a produção agroecológica contribuindo com a construção dos saberes**. – Belo Horizonte: IFMG, 2022. 105 p.: il. E-book. Disponível em: https://saci2.ufop.br/data/solicitacao/27587_agroecologia_na_alimentacao_escolar_a_producao_agroecologica_contribuindo_com_a_construcao_dos_saberes_2.pdf. Acesso em 23 jul. 2023.

SCHNEIDER, Sergio. **Evolução e características da agricultura familiar no Brasil**. Revista ALASRU-Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado do México, n. 9, p. 21-52, 2014. Disponível em: <https://www.ceccam.org/sites/default/files/Revista%20ALASRU.pdf#page=21>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e agricultura familiar. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, v. 1, p. 93-140, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/309202008_Mercados_e_Agricultura_Familiar/links/5804e35208aef179365e54de/Mercados-e-Agricultura-Familiar.pdf. Acesso em 05 fev.2024.

SCHOTTZ, Vanessa. **Mulheres, agroecologia e alimentação escolar: recomendações ao PNAE**. Brasília: FIAN Brasil, 2023. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/mulheresPnae>. Acesso em 18 dez. 2023.

SILVA, R. M. A., & Nunes, E. M. (2023). **Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(2), e252661. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

SILVA, L. R. S.; GOMIDE, F. **Um estudo comparativo entre as funções de validação para agrupamento nebuloso de dados**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPUTAÇÃO (CBComp), 4., 2004, Itajaí. Anais... Itajaí: Univali, 2004. p. 266-270.

SILVA, Sandro Pereira. **Trajetória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9523/1/td_2529.pdf#page=38.37. Acesso em 14 mar. 2023.

SILVA, Sandro Pereira; CIRÍACO, Juliane da Silva; ZEN, Eduardo Luiz. **Efeitos da inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar sobre o desempenho de alunos da rede pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2024. 31 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3039). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3039-port>. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14692>. Acesso em 24 set. 2024.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** – 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. cap. 3, p.39.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes. **Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista**. 2019. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42325>. Acesso em 15 dez. 2024.

TROIAN, Alexandre *et al.* **Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 58, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Zbbc8WGjZJVT7j4SjTjtpSx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 dez. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA. **Consulta pública – Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia**. Disponível em: <https://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. sn, 2009. p. 17-32. Acesso em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->. Acesso em 02 ago. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 set. 2024.

8. APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DOS AGRICULTORES (AS) FORNECEDORES (AS) DO PNAE NO MUNICÍPIO DE CASA NOVA NO PERÍODO DE 2017 A 2022.

Nome _____

Endereço _____

Telefones (com DDD) _____

E-mails _____

Cidade _____ Estado _____

Idade _____ Data de filiação _____

Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não responder

01. Qual é o seu nível de escolaridade?

- () Alfabetizado
- () Lê e escreve
- () Ensino fundamental incompleto
- () Ensino fundamental completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior
- () Prefiro não responder

02. Qual é a sua autoidentificação em relação à cor/raça?

- () Branca
- () Negra
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

03. Se enquadra em alguma das categorias abaixo? (Permitido assinalar mais de uma opção)

- () Quilombola
- () Ribeirinho ou pescador
- () Comunidade tradicional

- ☐ Assentados da Reforma Agrária
- ☐ Agricultores familiares

Se pertence, a Comunidade Tradicional, assinale uma das opções abaixo:

- ☐ Fundo de Pasto.
- ☐ Povos de Terreiro
- ☐ Extrativistas
- ☐ Ciganos
- ☐ Indígenas

04. Qual é o seu estado civil?

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ União estável
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)

05. É responsável pela gestão da propriedade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

06. Condição em relação a propriedade

- ☐ Comodatário
- ☐ Arrendatário
- ☐ Posseiro
- ☐ Assentado
- ☐ Proprietário

07. Qual é o tamanho da sua propriedade rural (em hectares)?

- ☐ Menos de 1 hectare
- ☐ 1 a 5 hectares
- ☐ 6 a 10 hectares
- ☐ 11 a 20 hectares
- ☐ Mais de 20 hectares

08. Quantas pessoas residem atualmente na sua propriedade?

- ☐ Menos de 3 pessoas
- ☐ De 3 a 5 pessoas
- ☐ De 6 a 8 pessoas
- ☐ Mais de 8 pessoas

09. Quantas pessoas exercem atividades agropecuárias na propriedade?

- ☐ 1 pessoa
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 pessoas
- ☐ 4 pessoas ou mais

10. Qual é a faixa de renda mensal média da família?

- ☐ Até R\$ 1.412,00
- ☐ R\$ 1.412,01 a R\$ 2.000,00
- ☐ R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00
- ☐ R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00
- ☐ R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00
- ☐ R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00
- ☐ R\$ 6.000,01 a R\$ 7.000,00
- ☐ R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00
- ☐ R\$ 8.000,01 a R\$ 9.000,00
- ☐ R\$ 9.000,01 a R\$ 10.000,00

11. participa ativamente das reuniões promovidas pela associação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, em quantas reuniões participou nos últimos doze meses?

- ☐ Uma
- ☐ Duas a três
- ☐ Quatro a seis
- ☐ Mais de seis

12. Atualmente comercializa através do PNAE?

- ☐ Sim

() Não

Se não, qual foi o motivo?

13. Qual ou quais produtos comercializa através da associação para o PNAE?

() Hortaliças

() Frutas

() Grãos e cereais

() Farinhas

() Geleias e doces

() Sucos

() Leite e derivados

() Carnes

() Mel

() Ovos

() Pães, biscoitos e bolos

() Outros _____

14. Comercializa sua produção em outros canais?

() Sim

() Não

Se sim, Quais?

() Atravessador

() Na própria comunidade

() Feiras Livres

() Outros. Especificar _____

15. Quais as principais vantagens de comercializar sua produção através da associação para o PNAE? (Permitido assinalar mais de uma opção)

() Redução dos custos de comercialização

() Agregação de valor aos produtos

() Acesso a um mercado estável e garantido

- () Estímulo à diversificação da produção
 - () Melhoria da renda
 - () Escoamento da produção
 - () Outros. Especificar
-
-

16. Quais são as principais dificuldades em relação a comercialização pelo PNAE? (Permitido assinalar mais de uma opção)

- () Quantidades solicitadas muito altas em relação à produção da organização
- () Exigência documental prevista em edital muito complexa
- () Dificuldade de transporte
- () Preço de referência muito baixo
- () Dificuldade de fornecimento dos produtos devido às mudanças climáticas
- () Distância entre a associação e o local de entrega dos produtos
- () Outro. Especificar? _____

17. Recebe algum benefício social? Se sim qual? (Permitido assinalar mais de uma opção)

- () Bolsa Família
- () Aposentadoria
- () Pensão
- () Seguro Safrá
- () Outro. Especificar? _____

18. Você possui acesso à linha de crédito do PRONAF?

- () Sim.
- () Não

Se sim qual ou quais destas?

- () Pronaf mais alimentos
- () Pronaf ABC + Agroecologia
- () Pronaf Mulher
- () Pronaf Jovem

- () Pronaf Custeio
- () Pronaf Investimento

19. Utiliza agrotóxico para produção de alimentos?

- () Sim
- () Não

20. Possui acesso ao serviço de Assistência Técnica?

- () Sim
- () Não

Se sim, para quais atividades?

- () Plantio e colheita
- () Beneficiamento da produção
- () Acesso a Mercados Institucionais (PNAE e PAA)
- () Acesso a politicas publicas
- () Gestão Administrativa
- () Comercialização
- () Outros. Quais? _____

21. Qual a periodicidade?

- () Quinzenal
- () Mensal
- () Semestral
- () Outro. Especificar _____

22. Com avalia os serviços prestados de ATER?

- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Outra. Especificar _____

23. A ATER é prestada por:

- () Empresa Pública
- () Empresa privada

() ONG

() Não sabe

() Outro. Qual? _____

24. Sua participação no PNAE favoreceu sua permanência na comunidade, melhorou a vida de sua família? Dê um Exemplo.

APÊNDICE B – DIRETORES (AS) DAS ASSOCIAÇÕES FORNECEDORAS DO PNAE NO MUNICÍPIO DE CASA NOVA NO PERÍODO DE 2017 A 2022

Nome da organização _____

Endereço _____

Data de fundação _____ Telefones (com DDD) _____

E-mails _____

Cidade _____ Estado _____

Nome respondente _____

Função na diretoria: () presidente () tesoureiro (a) () secretário (a) () vice presidente () vice tesoureiro (a) () vice secretário (a)

Sexo: () Feminino () Masculino () prefiro não responder

01. Qual é o seu nível de escolaridade?

- () Não Alfabetizado
- () Lê e escreve
- () Ensino fundamental incompleto
- () Ensino fundamental completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior
- () Prefiro não responder

02. Qual é a sua autoidentificação em relação à cor/raça?

- () Branca
- () Negra
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

03. Qual é o seu estado civil?

- () Solteiro(a)
- () Casado(a)
- () União Consensual

- () Divorciado(a)
() Viúvo(a)

04. Se enquadra em alguma das categorias abaixo? (Permitido assinalar mais de uma opção)

- () Quilombola
() Ribeirinho ou pescador
() Comunidade tradicional
() Assentados da Reforma Agrária
() Agricultores familiares

Se pertence, a Comunidade Tradicional, assinale uma das opções abaixo:

- () Fundo de Pasto.
() Povos de Terreiro
() Extrativistas
() Ciganos
() Indígenas
() Outra _____

05. Qual é a faixa de renda mensal média da família?

- () Até R\$ 1.412,00
() R\$ 1.412,01 a R\$ 2.000,00
() R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00
() R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00
() R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00
() R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00
() R\$ 6.000,01 a R\$ 7.000,00
() R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00
() R\$ 8.000,01 a R\$ 9.000,00
() R\$ 9.000,01 a R\$ 10.000,00

06. Em relação ao número de associados preencha os valores abaixo solicitados.

Número total de associados/cooperados ()

Número total de associados/cooperados mulheres ()

Número total de associados/cooperados com menos de 29 anos ()

Número total de membros da Diretoria Executiva ()

Número total de mulheres na Diretoria Executiva ()

Número total de jovens com menos de 29 anos na Diretoria Executiva ()

Número total de associados/cooperados com DAP ou CAF ()

07. Quais os principais canais de comercialização acessado pela associação?

(Permitido assinalar mais de uma opção)

() PNAE

() PAA

() Feira livre do município

() Feiras e exposições estaduais ou regionais

() Atravessador

() Mercado formal (mercadinhos, padarias, bares e lanchonetes)

() Outros. Qual? _____

08. Atualmente a associação comercializa através do PNAE?

() Sim

() Não

09. Quais fatores interferiram na continuidade da comercialização pelo PNAE?

(Permitido assinalar mais de uma opção)

() Quantidades solicitadas muito altas em relação à produção da organização

() Exigência documental prevista em edital muito complexa

() Dificuldade em mobilizar as famílias agricultores/as para uma venda pública

() Dificuldade em enfrentar os desafios logísticos

() Preço de referência muito baixo

() Dificuldade de fornecimento dos produtos devido às mudanças climáticas

() Distância entre a associação e o local de entrega dos produtos

() Outros. Quais? _____

10. Quais os principais motivos para a organização continuar comercializando com o PNAE? (Permitido assinalar mais de uma opção)

- () Preço Justo
 - () Facilidade de diálogo com a gestão municipal
 - () Garantia de continuidade da política pública
 - () Fortalecimento do trabalho coletivo
 - () Melhoria da renda
 - () escoamento da produção
 - () Outro. Especificar
-
-

11. Qual a distância da associação em relação ao local de entrega dos produtos fornecidos ao PNAE?

- () de 10 a 30 km
- () de 31 a 60 km
- () de 61 a 100 Km
- () acima de 100 Km

12. Em que medida a distância é um fator limitante para a participação da associação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

- () Significativa, tornando difícil nossa participação.
- () Moderada, afetando nossa participação, mas ainda possível.
- () Pequena, com impacto mínimo em nossa participação.
- () Nenhuma, a distância não interfere em nossa participação.

13. Qual ou quais produtos comercializados pela associação para o PNAE?

- () Hortaliças
- () Frutas
- () Grãos e cereais
- () Farinhas
- () Geleias e doces
- () Sucos
- () Leite e derivados
- () Carnes
- () Mel

- () Ovos
 - () Pães, biscoitos e bolos
 - () Outros
-
-

14. Qual volume em média por ano do fornecimento de alimentos com o PNAE?

- () menor que 2.000 quilogramas ou litros
- () entre 2.000 e 5.000 quilogramas ou litros
- () entre 5.000e 10.000 quilogramas ou litros
- () entre 10.000 e 15.000 quilogramas ou litros
- () mais que 15.000 quilogramas ou litros
- () Outro. Especificar. _____

15. A associação retém algum percentual do valor dos produtos entregues pelos associados para custear as despesas relativas à comercialização com o PNAE? Exemplo: (frete, diárias, embalagens, rótulos, despesas administrativas e contábeis).

- () Sim
- () Não

Se sim, qual percentual

- () 10%
- () 15%
- () 20%
- () 25%
- () Não sabe informar
- () Outro. Qual? _____

16. Como é realizada a gestão financeira em relação ao PNAE pela associação?

- () Pelos membros da diretoria
- () Funcionário próprio
- () Serviço de assistência técnica
- () Serviço terceirizado

17. Como é realizada a gestão administrativa?

- () Pelos membros da diretoria
- () Funcionário próprio
- () Serviço de assistência técnica
- () Serviço terceirizado

18. Como é realizada a gestão operacional?

- () Pelos membros da diretoria
- () Funcionário próprio
- () Serviço de assistência técnica
- () Serviço terceirizado

19. A partir da comercialização com o PNAE a associação acessou outros programas ou políticas públicas?

- () Sim
- () Não

Se sim, quais? (Permitido assinalar mais de uma opção)

- () Selo de Inspeção Sanitária. Qual? _____
 - () Construção de Agroindústria
 - () Cisternas de Produção
 - () Assistência Técnica
 - () Crédito
 - () Outros. Especificar
-
-

20. A associação possui acesso ao serviço de Assistência Técnica?

- () Sim
- () Não

Se sim, para quais atividades?

- () Plantio e colheita
- () Beneficiamento da produção
- () Acesso a Mercados Institucionais (PNAE e PAA)
- () Acesso a políticas públicas

- ☐ Gestão Administrativa
- ☐ Comercialização
- ☐ Outros. Quais? _____

21. Qual a periodicidade?

- ☐ Quinzenal
- ☐ Mensal
- ☐ Semestral
- ☐ Outro. Especificar _____

22. Com a associação avalia os serviços prestados de ATER?

- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Outra. Especificar _____

23. A ATER é prestada por:

- ☐ Empresa Pública
- ☐ Empresa privada
- ☐ ONG
- ☐ Não sabe
- ☐ Outro. Qual? _____

24. O acesso ao PNAE favoreceu a participação dos associados nas assembleias?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Com que frequência é realizada Assembleia Geral na associação?

- ☐ Apenas em ocasiões de eleição ou eventos extraordinários
- ☐ Uma vez por ano
- ☐ Duas ou três vezes por ano
- ☐ Outra. Especificar _____

25 Além das assembleias, a associação dispõe de outros espaços de participação dos associados nas decisões da organização?

() Sim

() Não

Se sim, quais?

() Reuniões

() Colegiados gestor

() Núcleo de produção

() Outros. Especificar _____

Com que frequência se reúne? _____

26. Como a associação lida com problemas na implementação do PNAE?

() resolve os problemas de forma rápida sem a necessidade de pessoas externas

() Busca orientação de parceiros externos

() Forma grupos de trabalho para lidar com questões específicas.

() Outro. Especifique _____

27. Como a associação lida com conflitos internos relacionados à execução do PNAE?

() Facilitamos discussões construtivas e buscamos um consenso.

() Procuramos mediadores externos para ajudar na resolução de conflitos.

() Evitamos conflitos ou simplesmente impomos uma decisão sem debate.

() Outro. Especifique _____

28. As atividades e responsabilidades relacionadas ao PNAE são compartilhada com os sócios e membros da diretoria?

() Nunca

() Raramente

() Frequentemente

() Sempre

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA VÍDEO EXPLICATIVO: PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES NAS CHAMADAS PÚBLICAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

1. Introdução

Cena: ambiente relacionado à agricultura e à escola.

Texto: "Olá! Você sabia que os agricultores e agricultoras familiares podem fornecer alimentos para a alimentação escolar? Hoje, vamos aprender passo a passo como participar de um edital de chamada pública para a aquisição de produtos da agricultura familiar destinados ao PNAE.

Mas antes, vamos conhecer um pouco do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Criado em 1955, o PNAE é uma das políticas nutricionais mais antigas do Brasil. Ele abrange todos os 5.570 municípios do país e beneficia mais de 40 milhões de estudantes da rede pública, desde a educação infantil até o ensino médio. O programa visa contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, promovendo hábitos alimentares saudáveis.

2. Você sabe o que é uma chamada pública?

Cena: Slides e infográficos explicativos.

Texto: A chamada pública é um processo simplificado usado pelas entidades executoras como secretarias municipais e estaduais de educação, escolas e institutos federais para comprar alimentos diretamente de agricultores familiares, cooperativas ou associações, sem a necessidade de uma licitação convencional. Essa modalidade é regulamentada pela Lei nº 11.947/2009 e pelas resoluções do conselho deliberativo do fundo nacional de desenvolvimento da educação.

O artigo 14 da lei 11.947/2009 determina que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE devem ser usados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Isso significa que, de cada R\$ 100,00 destinados à alimentação escolar, no mínimo R\$ 30,00 devem ser investidos em produtos da agricultura familiar — e nada impede que o valor total seja utilizado dessa forma!

3. Quem pode participar?

Cena: Grupos de agricultores

Texto: Podem participar agricultores e agricultoras familiares, os assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas e organizações como

associações e cooperativas. A prioridade será dada a assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e grupos de mulheres, formais ou informais.

É importante que todos estejam com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) válidos."

4. Documentos Necessários

Cena: Exemplo de um agricultor reunindo documentos.

Texto: Os documentos necessários dependem do tipo de participante. Há três categorias de participação: fornecedor individual, grupo informal e grupo formal. A seguir, confira os documentos exigidos para cada caso.

Fornecedor Individual:

CPF do agricultor;

Extrato da DAP ou CAF Física, emitido nos últimos 60 dias;

Projeto de Venda assinado pelo agricultor;

Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

Declaração de que os alimentos são de produção própria.

Grupo Informal:

CPF dos participantes;

Extrato da DAP ou CAF Física de cada agricultor, emitido nos últimos 60 dias;

Projeto de Venda assinado por todos os integrantes;

Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso

Declaração de que os alimentos são produzidos pelos integrantes.

Habilitação para Grupo Formal:

CNPJ da associação ou cooperativa;

Extrato da DAP Jurídica, emitido nos últimos 60 dias;

Comprovantes de regularidade fiscal (Receita Federal, Estadual, Municipal, Débitos Trabalhista, FGTS, etc.);

Estatuto e ata de posse da diretoria;

Projeto de Venda;

Declaração de que os alimentos são produzidos pelos associados;

Declaração de controle do limite de venda individual dos cooperados.

Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso

No edital da chamada publica tem os modelos dos das declarações de produção e de limite máximo de comercialização, além do projeto de venda para cada tipo de participação.

5. Organização dos Documentos

Agora que você já sabe quais os documentos necessários vamos organizar a documentação

Cena: Simulação de como acessar os sites para obter o Cartão de CNPJ e os comprovantes de regularidade fiscal.

Emissão do CNPJ

CND de débitos federais

CND de débitos estaduais

CND de débitos municipais

CND Trabalhista

CRF- FGTS

6. Como Elaborar uma Proposta de Venda?

Cena: Simulação de preenchimento da proposta.

Texto: ao elaborar sua proposta de venda, assegure-se de considerar o valor máximo permitido para comercialização, conforme previsto para cada tipo de participação

De acordo com a resolução 21/2021 CD/FNDE, para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais devem respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF Familiar/Ano e Entidade Executora.

Já para os grupos formais o montante máximo a ser contratado deve ser o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP ou CAF Familiar, inscritos na DAP ou CAF Jurídico multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: $VMC = NAF \times R\$ 40.000$. Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com as entidades executoras a responsabilidade pelo controle

do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais

Agora que você já sabe o valor máximo para comercializar e a documentação necessária, é hora de preencher a proposta de venda.

A proposta de venda deve incluir:

Lista detalhada dos produtos;

Quantidade e preço por unidade. Lembrando que as quantidades e o preço devem estar de acordo com o previsto no edital

Cronograma de entrega

7. Entrega da Documentação

Cena: Apresentador exibindo o protocolo de entrega.

Texto: "Após preencher tudo corretamente, entregue sua documentação no local indicado no edital. Lembre-se de solicitar um comprovante de entrega.

8. Conclusão

Cena: Apresentador encerrando o vídeo.

Texto: "Participar de uma chamada pública é uma excelente oportunidade para fortalecer a agricultura familiar e contribuir para uma alimentação escolar mais saudável. Se você tiver dúvidas, procure os órgãos responsáveis da sua região. Até a próxima!